



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CAMPUS COLORADO DO OESTE



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL

Reformulação aprovada pela Resolução nº 13/CEPEX/IFRO/2016

COLORADO DO OESTE/RO
2016

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	6
1.1 DADOS DA INSTITUIÇÃO	6
1.2 DADOS DA UNIDADE DE ENSINO	7
1.3 CORPO DIRIGENTE DA UNIDADE DE ENSINO	7
1.4 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	7
1.5 ATIVIDADES PRINCIPAIS DA INSTITUIÇÃO.....	9
2 APRESENTAÇÃO	10
2.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	11
2.2 EQUIPE RESPONSÁVEL PELA REELABORAÇÃO DO PROJETO	12
2.3 DADOS DO COORDENADOR DO CURSO	12
2.4 TOTAL DE VAGAS.....	12
2.5 JUSTIFICATIVA.....	12
2.6 OBJETIVOS	16
2.6.1 Objetivo geral	16
2.6.2 Objetivos específicos	16
2.7 PÚBLICO ALVO	17
2.7.1 Forma de ingresso	17
2.8 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DO CURSO.....	18
3 ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR	19
3.1 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA	19
3.2 MATRIZ CURRICULAR	21
3.2.1 Fluxograma	26
3.3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PREVISTAS	27
3.3.1 Estratégias de Flexibilização Curricular	27
3.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	28
3.5 AVALIAÇÃO	28
3.5.1 Avaliação do processo de ensino e aprendizagem	28
3.5.2 Avaliação do curso	29

3.6 PRÁTICA PROFISSIONAL	30
3.6.2 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).....	31
3.7 POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	32
3.7.1 Política de articulação com empresas	32
3.8 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E CERTIFICAÇÃO GERAL DE CONHECIMENTOS	32
3.9 CERTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO DE CURSO	33
4 EQUIPE DE PROFESSORES.....	34
4.1 REQUISITOS DE FORMAÇÃO	34
4.2 EQUIPE DOCENTE CONSTITUÍDA PARA O CURSO	35
4.3 ÍNDICES DE QUALIFICAÇÃO DOS DOCENTES DO CURSO.....	35
4.4 POLÍTICA DE APERFEIÇOAMENTO, QUALIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO	36
5 ÓRGÃOS DE ACOMPANHAMENTO DE NATUREZA ACADÊMICA	36
5.1 COORDENAÇÃO DO CURSO	36
5.2 COLEGIADO	37
5.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	37
6 SETORES DE APOIO PEDAGÓGICO E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	38
6.1 DIRETORIA DE ENSINO.....	38
6.2 DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO	40
6.3 DEPARTAMENTO DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO	41
6.4 SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	41
6.5 NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS	41
7 INFRAESTRUTURA	42
7.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS	42
7.1.1 Distribuição do Espaço Físico	42
7.1.2 Recursos Materiais.....	44
7.1.3 Planos de Expansão da Estrutura Física	44
7.2 INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS	44

7.2.1 Acessibilidade para pessoas com deficiência física	45
7.2.2 Acessibilidade para alunos com deficiência visual	46
7.2.3 Acessibilidade para alunos com deficiência auditiva	46
7.3 INFRAESTRUTURA DE INFORMÁTICA.....	46
7.3.1 Quadro de horários	47
7.3.2 Pessoal de Apoio	47
7.3.3 Plano de Atualização Tecnológica e Manutenção dos Equipamentos	47
7.4 INFRAESTRUTURA DE LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS À ÁREA DO CURSO	47
7.4.1 Quadro de horários dos Laboratórios Específicos	48
7.4.2 Pessoal de Apoio para o Laboratório.....	49
7.4.3 Plano de atualização Tecnológica e manutenção dos Equipamentos	49
7.5 BIBLIOTECA.....	49
7.5.1 Espaço Físico da Biblioteca	49
7.5.2 Demonstrativo da Relação Unidade/Quantidade.....	49
7.5.3 Serviços Oferecidos Pela Biblioteca	49
7.5.4 Horário de Funcionamento da Biblioteca	50
7.5.5 Mecanismo e Periodicidade de Atualização de Acervo	50
7.5.6 Recursos Humanos.....	50
EMBASAMENTO LEGAL.....	51
REFERÊNCIAS.....	52
APÊNDICE.....	54
PLANOS DE DISCIPLINA	54
1.º Período.....	54
2.º Período.....	59
3.º Período.....	62
4.º Período.....	67
5.º Período.....	70
Optativas 4.º período.....	73
Optativas 5.º período.....	74
ANEXOS	76
ANEXO 1. MATRIZ CURRICULAR DO CST EM GESTÃO AMBIENTAL CONSIDERANDO A CARGA HORÁRIA REFERENTE À MODALIDADE SEMIPRESENCIAL PARA CADA DISCIPLINA DO CURSO	76
ANEXO 2. QUADRO DE DOCENTES DO CST EM GESTÃO AMBIENTAL.....	77
ANEXO 3. LINKS DE ACESSO AO CURRÍCULO DOS MEMBROS DO CORPO DIRIGENTE	78
ANEXO 4. LINKS DE ACESSO AO CURRÍCULO DOS DOCENTES	78
ANEXO 5. LINK DE ACESSO AO CURRÍCULO DA COORDENADORA.....	79

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. DOCENTES RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CST EM GESTÃO AMBIENTAL DO IFRO — CAMPUS COLORADO DO OESTE	12
QUADRO 2. MATRIZ CURRICULAR DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS.....	22
QUADRO 3. MATRIZ CURRICULAR DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS	24
QUADRO 4. ORGANIZAÇÃO DOS NÚCLEOS TEMÁTICOS DO CST EM GESTÃO AMBIENTAL.....	24
QUADRO 5. REQUISITOS DE FORMAÇÃO POR DISCIPLINA	34
QUADRO 6. ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DOS DOCENTES DO CURSO.	35
QUADRO 7. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE GESTÃO AMBIENTAL DO IFRO – <i>CAMPUS</i> COLORADO DO OESTE (PORTARIA Nº 155/2015/IFRO/DG).....	38
QUADRO 8. DEPENDÊNCIAS FÍSICAS DISPONÍVEIS NO IFRO – CAMPUS COLORADO DO OESTE	42
QUADRO 9. ESPECIFICAÇÕES DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA.....	47
QUADRO 10. RELAÇÃO DE LABORATÓRIOS E SEUS OBJETIVOS.	48

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1.1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome:	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA		
CNPJ:	10.817.343/000105		
End.:	Av. 7 de Setembro, 2090 - Nossa Senhora das Graças		
Cidade:	Porto Velho	UF: RO	CEP: 76.804-124
Fone:	69 -2128-9600	Fax:	
E-mail:	reitoria@ifro.edu.br		

Reitor:UberlandoTiburtino Leite

Pró-Reitor de Ensino:Maria Fabíola Moraes da Assumpção Santos

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação: Gilmar Alves Lima Júnior

Pró-Reitor de Extensão: Maria Goreth Araújo Reis

Pró-Reitor de Administração e Planejamento:Arijoan Cavalcante dos Santos

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional:Dauster Souza Pereira

Diretor-Geral do *Campus*:Larissa Ferraz Bedôr Jardim

MISSÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia tem como Missão, promover educação científica e tecnológica de excelência no Estado de Rondônia voltada à formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a sustentabilidade da sociedade.

VISÃO

Tornar-se padrão de excelência no ensino, pesquisa e extensão na área de ciência e tecnologia.

VALORES

Nas suas atividades, o IFRO valorizará o compromisso ético com responsabilidade social, o respeito à diversidade, à transparência, à excelência e à determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão e atos consonantes com os preceitos da ética pessoal e profissional, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação e com os ideais de sustentabilidade social e ambiental.

1.2 DADOS DA UNIDADE DE ENSINO

Nome:	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA		
CNPJ:	10.817.343/0004-40		
End.:	BR 435, km 63 – Zona Rural		
Cidade:	Colorado do Oeste	UF: RO	CEP: 76993-000
Fone:	69 -9981-9122	Fax:	
E-mail:	campuscolorado@ifro.edu.br		

1.3 CORPO DIRIGENTE DA UNIDADE DE ENSINO

Dirigente Principal da Instituição de Ensino			
Cargo:	Diretora-Geral do <i>Campus</i>		
Nome:	Larissa Ferraz Bedôr Jardim		
End.:	BR 435, km 63 – Zona Rural		
Cidade:	Colorado do Oeste	UF: RO	CEP: 76993-000
Fone:	69 -9981-9122	Fax:	
E-mail:	larissa.ferraz@ifro.edu.br		

Dirigente de Ensino			
Cargo:	Diretora de Ensino		
Nome:	Salette Borino		
End.:	BR 435, Km 63 – Zona Rural		
Cidade:	Colorado do Oeste	UF: RO	CEP: 76993-000
Fone:	(69) 9981-9126		
E-mail:	salette.borino@ifro.edu.br		

1.4 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado por meio da Lei n.º11.892, de 29 de dezembro de 2008, que reorganizou a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica composta pelas escolas técnicas, agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), transformando-os em 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia distribuídos em todo o território nacional.

O IFRO surgiu como resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia (à época em processo de implantação com Unidades em Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes e Vilhena) e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, à época com 15 anos de existência. A instituição possui uma Reitoria instalada em Porto Velho e os *campi*: Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Porto Velho Calama, Porto Velho Zona Norte e Vilhena.

A Instituição faz parte de uma rede federal de educação profissional, científica e tecnologicacentenária que teve sua origem no Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo Presidente Nilo Peçanha, por meio do qual

foram criadas 19 Escolas de Aprendizizes Artífices, uma em cada capital federativa, para atender os filhos dos “desfavorecidos da fortuna”, ou seja, as classes proletárias da época.

Marcos históricos do IFRO:

- 1993 — criação da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste por meio da Lei 8.670, de 30 de junho de 1993. Por meio da referida lei, também foram criadas as Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e Rolim de Moura, porém estas últimas não foram implantadas.
- 2007 — criação da Escola Técnica Federal de Rondônia, pela Lei 11.534, de 25 de outubro de 2007, com unidades em Ariquemes, Ji-Paraná, Porto Velho e Vilhena.
- 2008 — autorização de funcionamento da Unidade da Escola Técnica Federal em Ji-Paraná, por meio da Portaria 707, de 09 de junho de 2008.
- 2008 — criação do IFRO, por meio da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que integrou em uma única Instituição a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e a Escola Técnica Federal de Rondônia;
- 2009 — início do funcionamento do *Campus* Ji-Paraná e expansão da rede do IFRO.
- 2010 — Início das atividades dos *campi* Ariquemes, Cacoal, Porto Velho Calama e Vilhena.
- 2011 – implantação em todos os *campi*, e também no Polo de Educação a Distância em Guajará Mirim, de cursos técnicos de Educação a Distância (EAD).
- 2012 – implantação do *Campus* Porto Velho Zona Norte.
- 2015 – início das atividades do *Campus* Guajará-Mirim.

Em 2005, foi criado o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental na Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, hoje integrante da rede do

IFRO. Assim, o referido curso é um dos pioneiros na Instituição. A reformulação de curso aqui apresentada, objetiva reafirmar o compromisso do IFRO com a sustentabilidade e formação profissional cidadã.

1.5 ATIVIDADES PRINCIPAIS DA INSTITUIÇÃO

A Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste (EAFCO) tornou-se o marco inicial na oferta da Educação Profissional e Tecnológica no Estado e no Município. Foi criada pela Lei nº. 8.670, de 30 de junho de 1993 e transformada em autarquia em 16 de novembro do mesmo ano, pela Lei nº. 8.731/93. Está localizada aproximadamente 70 km da BR 364, em Colorado do Oeste e dispõe de uma área de 242 ha, sendo que 80 ha foram mantidos para reserva florestal. Possui, ainda, uma área de 90,3 ha, distante cerca de 30 km da sede, onde está sendo implantada uma fazenda experimental, destinada às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Com início das atividades em fevereiro de 1995, foi ofertado a 120 alunos – oriundos de diversos municípios do Estado – o curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio. Em 2000, pelo Decreto Federal 2.208/97, foram implantados os cursos profissionalizantes em Agroindústria, Agricultura, Zootecnia e Agropecuária, na modalidade Ensino Médio Técnico. Em 2002, foram criados os cursos pós-técnicos em Fruticultura e Bovinocultura. Três anos depois, com a flexibilização proporcionada pelo Decreto Federal 5.154/2004, a EAFCO optou pela oferta do curso Técnico Agrícola Integrado ao Ensino Médio, com habilitação em Agropecuária.

Em 2005, foi credenciada como Faculdade Tecnológica e criou os cursos superiores de Tecnologia (CST) em Gestão Ambiental e Tecnologia em Laticínios. Nos anos 2007 e 2008 foram implantados, respectivamente, os Cursos Técnicos em Agropecuária e em Agroindústria Integrados ao Ensino Médio, atendendo ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA). Em 29 de dezembro de 2008, através da Lei nº 11.892, foi criado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia que uniu em uma só Instituição a Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste.

Já como IFRO, o *Campus* Colorado do Oeste, ofertou em 2009 o primeiro curso de Especialização *Lato Sensu* em Educação Profissional Integrada com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, do

IFRO, com uma turma em Colorado do Oeste e outra em Ji-Paraná. No primeiro semestre de 2010, ingressou a primeira turma do Curso de Licenciatura em Biologia e, em 2011, a primeira turma do curso de Engenharia Agrônoma. A partir de 2011, passou a ofertar Educação a Distância (EaD), por meio de cursos subsequentes, formando e qualificando técnicos em Reabilitação de Dependentes Químicos, Segurança no Trabalho, Serviços Públicos, Administração, Meio Ambiente, Logística, Informática para Internet e Finanças. Também ofertados na modalidade EaD os cursos técnicos em Alimentação Escolar, Multimeios Didáticos, Secretaria Escolar e Infraestrutura Escolar referentes ao Profunecionário. Atualmente, o *Campus* Colorado do Oeste atende, aproximadamente, 1574 alunos.

Dentre as ações realizadas pelo Departamento de Extensão, destacam-se: Programa Mulheres Mil, ofertando Cursos Básicos de Qualificação Profissional em Processamento de Alimentos, Processamento de Produtos Lácteos e Processamento de Alimentos com Ênfase no Processamento de Cacau; Cursos FIC – PRONATEC de Artesão em Bordados a Mão, Auxiliar Técnico em Agropecuária, Operador de Máquinas, Monitor do Uso e Conservação dos Recursos Hídricos e Palestras, Seminários, Projetos, Dia de Campo, Exposição, Atividades Culturais, Cursos de Curta duração, Visitas e Excursões Técnicas.

O Departamento de Pesquisa estimula e fomenta atividades como: bolsas de iniciação científica, eventos de iniciação científica, participação de pesquisadores em congressos e seminários, qualificação dos servidores docentes e técnico-administrativos em cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado.

O *Campus* possui ampla infraestrutura física compreendendo cerca de 30 salas de aula, biblioteca, auditório com recursos áudio-visuais, centro de convenções, ginásio poliesportivo, áreas desportivas descobertas, laboratórios de biologia, construções rurais, desenho e topografia, física, informática, matemática, química, solos e estação meteorológica. Unidades de Produção Animal (PA) com aviário de corte e de postura, cunicultura, apicultura, tanques de peixes, granja de suínos, aprisco, curral coberto, bezerreiro, sala de ordenha, estábulo, abatedouro, silos, galpão para armazenamento de grãos e matéria-prima para rações, fábrica de rações, abrigo de animais silvestres e fazenda experimental. Unidades de Produção Vegetal (PV) com estufas, viveiro de mudas de olerícolas, frutíferas e florestais, também há um orquidário. Conta ainda com casado mel, agroindústrias de processamento de carne, de derivados lácteos e de tecnologia de produtos vegetais.

Também possui almoxarifado, mecânica, biodigestores e depósito de reciclagem de resíduos.

Para atendimento da comunidade escolar, há um refeitório, um centro de saúde e alojamentos masculino e feminino (para alunos residentes do ensino médio).

O *Campus* Colorado do Oeste continua com investimentos de infraestrutura com as seguintes obras de construção: bloco de laboratório de agronomia, reforma e construção da fábrica de ração, reforma e construção do abatedouro de aves, reforma e ampliação das instalações da agroindústria de leite e vegetais com construção e implementação de laboratório de análise sensorial de alimentos e laboratório de microbiologia de alimentos, reforma de pavilhões de salas de aula, área de convivência e banheiros.

2 APRESENTAÇÃO

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental

Tipo: Curso Superior de Tecnologia

Modalidade de Ensino: Presencial

Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde

Habilitação: Tecnólogo em Gestão Ambiental

Carga Horária Total: 1975 horas/relógio

Requisitos de Acesso/Forma de Ingresso: Processo seletivo unificado, ENEM/SISU e outras presentes no Regulamento de Organização de Acadêmica (ROA).

Turno de Funcionamento: Noturno, com possibilidade de aulas aos sábados e/ou nos turnos matutino e vespertino para realização de aulas práticas, excursões e outras atividades necessárias durante o curso.

Campus de Funcionamento: Colorado do Oeste

Regime de Matrícula: Semestral por disciplina da matriz curricular

Prazo de Integralização do Curso: No mínimo 5 e no máximo 10 semestres

Distribuição de Vagas: 40 vagas anuais

Curso reconhecido pelo Conselho Regional de Administração conforme D.O.U. Nº217 de 13/11/09, Seção 1 – Páginas 183 e 184.

2.2 EQUIPE RESPONSÁVEL PELA REELABORAÇÃO DO PROJETO

A reformulação do projeto Pedagógico do CST em Gestão Ambiental, *Campus Colorado do Oeste*, foi elaborada pelo Núcleo Docente Estruturante eleito para o curso, cujos membros constam no Quadro 1.

Quadro 1. Docentes responsáveis pela elaboração do Projeto Pedagógico do CST em Gestão Ambiental do IFRO — *Campus Colorado do Oeste*

N.º	Nome	Titulação	CH	RT
1	Aparecida Gasquez de Souza	Mestra	40	DE
2	Camila Isabel de Menezes Fraga	Mestra	40	DE
3	Lucimar de Freitas Novais	Mestra	40	DE
4	Marcos Aurélio Anequine de Macedo	Doutor	40	DE
5	Miriam Aparecida Orloski de Castro Pereira	Mestre	40	DE
6	Rafael Norberto de Aquino	Mestre	40	DE
7	Rosane Salete Sasset	Mestra	40	DE

2.3 DADOS DO COORDENADOR DO CURSO

Nome:	Camila Isabel de Menezes Fraga				
End.:	BR 435, km 63 – Zona Rural				
Cidade:	Colorado do Oeste	UF:	RO	CEP:	76993-000
Fone:	(69) 3341-7637	Fax:			
E-mail:	camila.fraga@ifro.edu.br				

2.4 TOTAL DE VAGAS

Turno de funcionamento	Vagas por turma	Número de turmas	Total de vagas anuais
Noturno	40	1	40
	Total	1	40

2.5 JUSTIFICATIVA

O início do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFRO remete à proposta da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, para a qual havia perspectiva da implementação do Curso de Superior de Tecnologia em Manejo Ambiental na Agropecuária. Posteriormente, foi modificada a denominação do curso, mas se manteve a forte presença, na carga horária e nos conteúdos, das disciplinas relacionadas à agricultura e à pecuária.

Diante da diversidade de atividades econômicas, sociais e ambientais, percebeu-se a necessidade de mudança no foco do curso, contemplada nessa reformulação de PPC, cujo intuito é a formação de um profissional autônomo,

cidadão, cada vez mais focado na gestão ambiental relacionada aos processos urbanos e industriais.

Ao mesmo tempo em que as atividades econômica, sociais e ambientais se mostram dinâmicas em nosso dia-a-dia, a Rede Federal de Educação apresentou o programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, ampliando o número de Instituições e vagas, democratizando o acesso aos cursos, nas mais diversas localidades no interior do Brasil. Essa expansão propiciou o aumento no número de docentes na Instituição e, conseqüentemente, o número de docentes habilitados para atuar no curso. Esse número passou de 13 para 22, tendo o número de professores com mestrado, entre esses, aumentado de seis para 14 e com Doutorado de três para quatro. Esses novos números passaram a integrar o rol de possibilidades para a melhoria da qualidade do curso. Além disso, no princípio da existência do CST em Gestão Ambiental não havia docentes com formação profissional específica para tal área, o que hoje é realidade para o *Campus Colorado do Oeste*.

Para esse projeto é válido lembrar que a demanda pela Gestão Ambiental não se limita ao município de Colorado do Oeste, devendo ser oportunizado aos acadêmicos o entendimento quanto aos diversos setores produtivos inseridos no contexto local e regional.

Os problemas ambientais provocados pelo homem decorrem do uso do ambiente para obter os recursos necessários para produzir bens e serviços, com desperdício de energia e despejos de materiais não aproveitados. Mas isso nem sempre gerou degradação ambiental, em razão da escala reduzida de produção e consumo e da maneira pela qual os seres humanos entendiam sua relação com a natureza e interagem com ela. O aumento da escala de produção tem sido importante fator que estimula a exploração dos recursos naturais e eleva a quantidade de resíduos (BARBIERI, 2007).

No final da década de 60, ocorreu estímulo ao entendimento de que o ambiente é esgotável e sua capacidade de regeneração é limitada. Como medida inicial, houve a introdução de tecnologias de controle no final do processo, também conhecidas como "end of pipe", cujo objetivo remete-se ao uso de equipamentos e instalações destinados à redução da emissão de poluição, sem que alterações de processos fossem estabelecidas ou implantadas. Essas tecnologias de fim de linha mostraram-se necessárias, porém insuficientes. Estavam associadas ao controle da

poluição e não à redução do uso de recursos. Além disso, eram responsáveis pela produção de resíduos para os quais deveria ser dada destinação final, muitas vezes complexa e associada a custos elevados.

Em 1972, durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, 113 representantes de países reuniram-se a fim de tratar a problemática ambiental de forma global. Esforços foram direcionados ao desenvolvimento de soluções mais efetivas, como a minimização e prevenção da poluição, por meio da redução da poluição ou eliminação de rejeitos na fonte. Tal postura tem se mostrado mais adequada, pois permite economia de recursos, menor degradação ambiental, atendimento à legislação, maior produtividade, melhor relação com partes interessadas, desenvolvimento e sustentabilidade.

Graças ao desenvolvimento da percepção e da maturidade ambiental da sociedade, atitudes e medidas para não poluir ou poluir menos se tornaram condições fundamentais para bons negócios e para a própria sobrevivência de empresas no mercado. Contrariamente ao que se via no passado, a despreocupação com as exigências da legislação ambiental pode se traduzir em redução de lucros pela perda de competitividade no mercado, descrédito institucional, e até privação da liberdade ou cessação das atividades produtivas (DONAIRE, 1996).

Para Machado Júnior *et al.* (2013), a preocupação ambiental se configura como tema presente na sociedade, nos poderes públicos e nas organizações, mais claramente manifestado na necessidade de preservação do meio ambiente e na perpetuação de fontes de recursos.

É notório, tanto em âmbito local como global, a existência de esforços das mais diversas instituições na tentativa de avaliar e rever o papel da sociedade diante das questões ambientais. Esta notada tentativa fez e faz gerar uma nova perspectiva de mercado de trabalho. Como consequência, essa nova perspectiva fez emergir a necessidade de profissionais voltados à multidisciplinaridade da Gestão Ambiental, conhecedores de ferramentas e instrumentos de atuação que permitam melhoria de desempenho, estruturadores de processos, conhecedores de técnicas de administração, capazes de sistematizar, orientar e integrar o gerenciamento sócio-ambiental de empreendimentos à produção de bens e serviços.

Muitas organizações têm integrado uma atividade/função ambiental a sua estrutura organizacional, projetando-a como importante fator nas altas esferas de

decisão, possibilitando, por meio de sua ligação com diferentes áreas funcionais, equacionamento harmonioso e bem articulado dos problemas ambientais na empresa (DONAIRE, 1996).

A partir de 1980 foram observados avanços na Gestão Ambiental brasileira, com destaque para a Política Nacional de Meio Ambiente. Sabidamente, as pressões sobre o equilíbrio do ambiente em território nacional continuaram a existir e são advindas, dentre outros fatores, da expansão da fronteira agrícola, desmatamento, crescimento demográfico, migração interna, industrialização, modernização e aquecimento global.

O processo de formação de Rondônia, estado brasileiro pertencente à Amazônia Ocidental, ocorreu na década de 70. Esse processo foi fundamentado na ocupação de áreas florestadas e a conversão destas em áreas de pastagens. Na atualidade, há alterações no meio dada a construção de barragens, exploração mineral, expansão das áreas agrícolas, estruturação de antigos e novos núcleos urbanos, abertura a atividades industriais, crescente demanda por recursos hídricos e conflitos entre conservação e desenvolvimento regional. Cenários que justificam a necessidade de gerenciamento ambiental e a formação profissional voltada ao equilíbrio do meio e reestruturação produtiva.

O PIB industrial de Rondônia é o 22º do país. A participação da indústria do Estado avançou 3,8 pontos percentuais entre 2001 e 2011, enquanto no cenário nacional a indústria perdeu 3,5 pontos percentuais no mesmo período. Os setores de alimentos, fabricação de produtos minerais não metálicos e produtos da madeira representam 78,9% da indústria do Estado. A fabricação de produtos de minerais não metálicos foi a atividade que mais ganhou participação na indústria rondoniense: aumentou de 2,5% em 2007 para 6,2% em 2012 (CNI, 2014).

As indústrias que mais se beneficiaram dos esforços empreendidos no desenvolvimento de produtos e processos não agressivos ao meio ambiente são aquelas pertencentes à categoria de bens de capital e de consumo duráveis (71%). Em seguida aparece o grupo dos bens de consumo não-duráveis (58%) e, por último, o de bens intermediários (44%). Nas categorias bens de consumo não-duráveis e intermediários, em especial, foi observada degradação da imagem institucional e perda de mercado devido a danos provocados sobre o ambiente, o que tem levado tais empreendimentos a investir, principalmente, na reutilização e

tratamento de resíduos, como também na substituição de insumos contaminantes e, em menor escala, na obtenção de certificados da série ISO 14000 (SEAD, 1999).

Colorado do Oeste está inserido no Cone Sul de Rondônia, distante 760 km da capital Porto Velho. De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2014 a população estimada é de 19.001 habitantes, destes cerca de 73,5% residem em área urbana. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é 0,685, ocupando a 2309ª posição no cenário nacional. O IDHM é composto por IDHM Educação, com índice de 0,584; IDHM Renda, equivalente a 0,676 e pelo IDHM Longevidade, igual a 0,814. Fica evidente que a dimensão Educação é a que menos contribui para o IDHM de Colorado do Oeste.

Assim, na percepção da diversidade das atividades econômicas, sociais e ambientais que denotaram o imperativo da mudança no foco do curso, da dinâmica da ampliação no quadro de docentes habilitados para atuar no curso, da ciência do Papel a ser desempenhado pelo IFRO, visto que a Rede Federal de Educação Profissional é responsável pela formação e solidificação de vínculos com a sociedade produtiva do estado e, do entendimento da necessidade de melhoria das condições econômicas e sociais locais, com intuito de estimular a permanência da população jovem e adulta em Colorado do Oeste, promovendo qualificação e desenvolvimento local atendendo ao mesmo tempo, às demandas consequentes dos avanços industriais e agrícolas, em áreas urbanas e rurais observados no Estado justifica-se e se constrói esta reestruturação de Projeto Pedagógico de Curso.

2.6 OBJETIVOS

2.6.1 Objetivo geral

Promover a formação de profissionais para atuarem no planejamento, gerenciamento, implantação, monitoramento e avaliação de atividades específicas da Gestão Ambiental, visando ao desenvolvimento socioeconômico, à conservação e ao restabelecimento das condições harmônicas do ambiente.

2.6.2 Objetivos específicos

O curso de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFRO tem por objetivos específicos formar profissionais capazes de:

- a) Reconhecer problemas e potenciais conflitos pelo acesso, escassez e uso dos recursos naturais;
- b) Alocar e otimizar recursos destinados a sistemas produtivos de forma a minimizar conflitos ambientais, sociais e econômicos;
- c) Desenvolver e aplicar políticas, sistemas de articulação e gerenciamento ambiental;
- d) Buscar e aplicar tecnologias e/ou ferramentas para o monitoramento da qualidade ambiental;
- e) Aplicar técnicas de cartografia, sensoriamento remoto e geoprocessamento à gestão e ao planejamento ambiental no espaço urbano e rural.
- f) Expressar adequadamente ideias na forma oral e escrita a fim de formular e apresentar laudos e pareceres ambientais;
- g) Compreender e participar do processo de avaliação de impactos ambientais;
- h) Atuar em equipe, inovar e desenvolver o empreendedorismo ambiental;
- i) Regular e gerir o uso de recursos naturais, proteger e conservar o ambiente.

2.7 PÚBLICO ALVO

Esse curso objetiva atender a comunidade de Colorado do Oeste e municípios do Cone Sul de Rondônia, cujo interesse esteja voltado para formação profissional tecnológica.

2.7.1 Forma de ingresso

O ingresso de alunos no CST em Gestão Ambiental se dará por meio de processo seletivo unificado e/ou por meio de aproveitamento dos resultados do ENEM/SISU.

Quando existirem vagas remanescentes, poderá ser realizado um processo seletivo especial, instituído pelo *Campus*, sob autorização da Direção-Geral. Para as vagas remanescentes poderá ser lançado edital próprio em conformidade com o ROA.

Ao diretor de ensino do *Campus*, com apoio do coordenador de registros escolares, caberá verificar se existe a compatibilidade da matriz curricular, carga horária e conteúdos disciplinares do curso de origem em relação ao curso de destino e deliberar favoravelmente ou não a respeito da aceitação de matrícula mediante apresentação de transferência.

O ingresso por apresentação de transferência expedida por outra instituição ou unidade de ensino ficará condicionado ao cumprimento, pelo aluno interessado, de disciplina, carga horária e conteúdos não contemplados no seu curso de origem e oferecidos alternativamente pelo novo *Campus* como complementação, ao longo do período letivo em que houve a transferência, para se cumprir a equivalência de estudos por disciplina e por matriz curricular.

2.8 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DO CURSO

O profissional egresso do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental estará habilitado a atuar de forma ética e empreendedora, integrando os sistemas sociais e econômicos à sustentabilidade, disciplinando as ações antrópicas e de forma a exercer a gestão ambiental da melhor forma aplicada a cada situação concreta vivenciada.

De acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (MEC, 2010),

O tecnólogo em Gestão Ambiental planeja, gerencia e executa as atividades de diagnóstico, avaliação de impacto, proposição de medidas mitigadoras – corretivas e preventivas –, recuperação de áreas degradadas, acompanhamento e monitoramento da qualidade ambiental. Regulação do uso, controle, proteção e conservação do meio ambiente, avaliação de conformidade legal, análise de impacto ambiental, elaboração de laudos e pareceres são algumas das atribuições deste profissional, podendo elaborar e implantar ainda políticas e programas de educação ambiental, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida e a preservação da natureza.

As competências profissionais, em geral, envolvem a capacidade de gerenciamento de sistemas produtivos, mitigação de impactos e alocação de recursos. Especificamente, a partir do que prevê o catálogo supracitado e além do mesmo, o tecnólogo em Gestão Ambiental deverá ser apto a:

- a) Aliar o espírito empreendedor a aplicação de medidas de proteção, preservação, recuperação, conservação e gerenciamento dos recursos hídricos, do ar, do solo e da biodiversidade, fomentando o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população;
- b) Diagnosticar e avaliar aspectos, impactos e riscos ambientais de atividades potencialmente poluidoras, e propor medidas mitigadoras e/ou compensatórias;
- c) Atuar no licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente;

- d) Participar da elaboração, desenvolvimento e implementação de estudos de impacto ambiental (EIA), avaliação de impactos ambientais (AIA) e relatórios de impactos ambientais (RIMA);
- e) Planejar e implantar projetos de recuperação de áreas degradadas;
- f) Planejar e gerenciar o ordenamento territorial, orientando as organizações públicas e privadas quanto a adequação das atividades à legislação ambiental e ao equilíbrio entre economia e ambiente;
- g) Desenvolver e aplicar o raciocínio de forma a propor, desenvolver, implantar e auditar sistemas de gestão que integrem e articulem qualidade, meio ambiente, saúde e segurança de acordo com a legislação nacional e normas internacionais;
- h) Promover a educação ambiental formal e não formal;
- i) Atuar no gerenciamento de resíduos sólidos, de forma a minimizar sua produção, reincorporá-los na cadeia produtiva, destiná-los adequadamente e conter e mitigar a contaminação do solo, das águas e do ar;
- j) Formular, avaliar e interpretar laudos e pareceres ambientais;
- k) Aplicar instrumentos para monitoramento e controle da qualidade ambiental de processos produtivos e dos recursos naturais.

3 ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

3.1 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

As mudanças na sociedade brasileira provocadas nesta era do conhecimento desafiam as instituições de formação profissional, gerando questionamentos sobre as práticas antes realizadas nos meios acadêmicos. Existe a necessidade de superar a reprodução mecanicista e livresca de conhecimentos cristalizados e sem contextualização. A busca do processo de inovação no ensino foca uma transformação paradigmática em torno de uma nova visão de educação. A concepção pedagógica prevê a construção de uma teia de saberes que prepare o futuro profissional para uma prática de intervenção crítica na sociedade. A proposta está constituída a partir dos seguintes princípios:

- a) Formar tecnólogos capazes de resolver problemas e atuar de forma reflexiva e contextualizada, interdisciplinar e transversal, constituindo-se como

sujeitos de sua formação, cuja identidade profissional é construída a partir da práxis promovida no desenvolvimento do curso;

b) Desenvolver um processo educacional que valorize a relação dialógica entre professores formadores e profissionais em formação, estimulando a criticidade na perspectiva da transformação social;

c) Promover reflexão a respeito do homem e do universo em sua complexidade e totalidade, valorizando o contexto amazônico e a organização dos seus espaços.

Os cursos de tecnologia do IFRO inovam pela qualidade e isso será atingido por meio de pesquisas, atividades acadêmico-científicas e práticas diversas, sempre segundo a perspectiva da interação de pessoas e da construção crítica do conhecimento.

Nesse contexto, a educação deve promover condições para a articulação e construção do conhecimento, de forma que cada indivíduo seja sujeito de sua aprendizagem, crie uma linguagem própria, faça antecipações e simulações, teste, experimente e projete novas formas de interagir como sujeito, apropriando-se crítica e criativamente do conhecimento disponível como instrumento mais eficaz para a emancipação das pessoas.

O ensino é concebido como um processo de construção/reconstrução contínua de saberes, capaz de promover a aprendizagem. Esta, oriunda de um processo em que o sujeito interage sobre o objeto de seus estudos. As pesquisas, as experimentações, os diálogos, os trabalhos em grupo, os exercícios e tantas outras estratégias de formação tornam-se caminhos que viabilizam a educação, permitem a superação de processos reprodutivistas e levam ao desenvolvimento da autonomia e do espírito crítico-investigativo.

O uso de laboratórios permitirá experimentações que darão mais especificidade ao curso. Entende-se que a prática potencializa a teoria e vice-versa, daí a importância do investimento em ambas. Atividades de laboratório situam o aluno em questões do cotidiano, em tempo e situação real de aprendizagem.

Também serão explorados os recursos de hipermídia (como computadores, TVs e *data show*) para o desenvolvimento de atividades dinâmicas, flexíveis, práticas e modernas, apropriadas a um ensino que tem por missão atender às necessidades dos novos tempos. O profissional a ser formado no curso necessita, inclusive, integrar-se nessas alternativas tecnológicas de produção para que utilize

no seu campo de atuação, de forma adaptada, as recursividades vivenciadas em seus estudos acadêmicos.

Do ponto de vista pedagógico, o curso privilegiará o aluno enquanto agente do processo da aprendizagem. Essa metodologia possibilita articular melhor a formação com o mundo do trabalho, a escola e a sociedade, oportunizando a contextualização e favorecendo a flexibilidade proporcionada pela estrutura do curso. São previstos projetos de pesquisa e projetos de extensão, que podem incluir seminários, palestras, exposição de *banners* e outras formas de exploração de temas e/ou de exposição dos conhecimentos construídos. Atividades essas que contemplam o princípio da interdisciplinaridade.

São previstas ainda visitas técnicas a empresas, para verificação *in loco* das condições de trabalho, desenvolvimento de atividades em parceria com outras instituições (escolas, ONGs, laboratórios), estudos de caso, participação em eventos externos (e internos) e realização de estágio. As metodologias específicas serão traçadas em projetos, planos, manuais de instruções e outras formas de orientação do trabalho pedagógico, mas sem perder de vista os fundamentos gerais aqui expostos, embasados nos princípios da formação global, da aprendizagem significativa, das interações dialógicas e das intervenções críticas.

3.2 MATRIZ CURRICULAR

A matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental segue as diretrizes do Catálogo Nacional de Cursos (MEC/SETEC/2010), considerando o eixo tecnológico Ambiente e Saúde. Para a construção do projeto, foram consideradas também a Lei de Diretrizes e Bases, os Pareceres CNE/CES 436/2001, CNE/CP 29/2002 e a Resolução CNE/CP 3/2002. Componentes curriculares optativos serão oferecidos no 4º e 5º semestre.

O Curso de Gestão Ambiental dispõe de uma carga horária, em horas relógio, de 1665 horas de disciplinas, 150 horas para a realização do Estágio Profissional Supervisionado, 80 (oitenta) horas para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e 80 horas para Atividades Complementares, totalizando 1975 horas, divididas em regime seriado semestral, em tempo mínimo de cinco semestres.

Conforme a Portaria nº 4059 de 10 de dezembro de 2004, instituições de ensino superior poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que

utilizem modalidade semipresencial, com base no art. 81 da Lei n. 9.394, de 1.996, e no disposto nesta Portaria.

Dessa forma, a utilização de carga horária não presencial é incentivada, desde que respeitados os limites de 20% da carga horária total, do CST em Gestão Ambiental poderá ocorrer na modalidade semipresencial (Anexo1), e para tanto deverão ser utilizados métodos e práticas de ensino-aprendizagem integrados às tecnologias de informação e comunicação. Avaliações das disciplinas só poderão ocorrer de forma presencial. O uso da carga horária não presencial deverá atender e ser consoante a documento próprio do IFRO.

O Trabalho de Conclusão de Curso será uma atividade curricular obrigatória e individual, a ser desenvolvida conforme regulamentação do IFRO.

Quadro 2. Matriz Curricular das disciplinas obrigatórias

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL IFRO — CÂMPUS COLORADO DO OESTE — RESOLUÇÃO Nº13/CEPEX/IFRO/2016								
Período	Disciplinas	Código	Pré-Requisitos	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH TOTAL (Horas-aula)	CH TOTAL (Horas-relógio)
1º PERÍODO	Química Geral e Inorgânica	QGI	-	4	60	20	80	66,7
	Informática	INF	-	2	20	20	40	33,3
	Ecologia e Biodiversidade	ECO	-	3	40	60	60	50
	Metodologia do Trabalho Científico	MTC	-	2	40	-	40	33,3
	Leitura e Produção de Textos	LPT	-	2	40	-	40	33,3
	Introdução à Gestão Ambiental	IGA	-	2	40	-	40	33,3
	Ética profissional e Cidadania	EPC	-	2	40	-	40	33,3
	Matemática Básica	MAB	-	3	60	-	60	50
	SUBTOTAL				20			400
2º PERÍODO	Saúde Pública e Saneamento	SPS	-	2	40	-	40	33,3
	Estatística Básica	ESB	-	3	60	-	60	50
	Recursos Energéticos e Ambiente	REA	-	3	60	-	60	50
	Química Orgânica e Ambiental	QOA	-	4	60	20	80	66,7
	Climatologia Básica	CBA	-	2	40	-	40	33,3
	Legislação Ambiental	LAM	-	3	60	-	60	50
	Solos e Meio Ambiente	SMA	-	3	40	20	60	50
	SUBTOTAL				20			400
3º PERÍODO	Cartografia Ambiental	CAR	-	2	60	-	60	50
	Elementos da Administração	EAD	-	3	60	-	60	50
	Emissões Atmosféricas	EAT	-	2	40	-	40	33,3

	Química Analítica Aplicada	QAA	-	3	40	20	60	50
	Gestão de Recursos Hídricos	GRH	-	3	40	20	60	60
	Microbiologia Ambiental	MAM	-	3	40	20	60	50
	Recuperação de Áreas Degradadas	RAD	-	3	40	20	60	50
	SUBTOTAL			20			400	333
4º PERÍODO	Sistemas de Gestão Integrada	SGI	-	3	60	-	60	50
	Educação Socioambiental	EDS	-	3	40	20	60	50
	Tratamento de Água	TAG	-	2	30	10	40	33,3
	Geoprocessamento Ambiental	GEA	-	4	50	30	80	66,7
	Gestão de Resíduos Sólidos	GRS	-	3	40	20	60	50
	Técnicas de Elaboração de Projetos	TEP	-	2	40	-	40	33,3
	Optativa I		-	3	40	20	60	50
	SUBTOTAL			20			400	333
5º PERÍODO	Planejamento do Espaço Urbano	PEU	-	3	40	20	60	50
	Licenciamento e Avaliação de Impactos Ambientais	LAI	-	3	60	20	80	66,7
	Tratamento de Efluentes	TEF	-	3	40	20	60	50
	Empreendedorismo	EMP	-	3	40	20	60	50
	Auditoria Ambiental	AAM	-	2	40	-	40	33,3
	Gestão de Unidades de Conservação	GUC	-	2	30	10	40	33,3
	Optativa II		-	3	40	20	60	50
	SUBTOTAL			20			400	333
TOTAL				100			2000	1665
Atividades Complementares								80
Estágio Supervisionado								150
TCC								80
TOTAL FINAL								1975

Nos 4º e 5º períodos do CST em Gestão Ambiental os acadêmicos deverão cursar no mínimo duas das quatro disciplinas optativas ofertadas. A escolha das disciplinas caberá aos estudantes e deverá contemplar aptidões e intenções quanto ao mercado de trabalho futuro. No Quadro 3 estão apresentadas as disciplinas optativas possíveis. Destaca-se que o cumprimento da carga horária e aprovação em no mínimo duas disciplinas optativas são exigências para a formação do gestor no curso proposto.

Quadro 3. Matriz Curricular das disciplinas optativas

DISCIPLINAS OPTATIVAS DO CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL IFRO — CAMPUS COLORADO DO OESTE — RESOLUÇÃO /CONSUP/IFRO								
Período	Disciplinas	Código	Pré- Requisitos	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH TOTAL (Horas- aula)	CH TOTAL(Hor as-relógio)
4.º	Gestão de Pessoas	GEP	-	3	40	20	60	50
	Integração Lavoura Pecuária Floresta	ILPF	-	3	40	20	60	50
5.º	Libras	LIB	-	3	40	20	60	50
	Saúde e Segurança do Trabalho	SST		3	40	20	60	50

A proposta pedagógica do curso foi estruturada com divisão das disciplinas em núcleos temáticos (Quadro 4) pensados a partir das necessidades e perfil de formação esperado para o gestor ambiental. Os núcleos temáticos contemplam:

- Núcleo Fundamental: Sua abordagem é genérica e prioriza bases do conhecimento científico e formação tecnológica básica;
- Núcleo Básico de Análise Ambiental: Apresenta conteúdos básicos ligados à área de formação e atuação profissional;
- Núcleo de Atuação Profissional : Relativo à formação tecnológica específica, caracterizador do Gestor Ambiental, cujos conteúdos refletem a aquisição de competências e habilidades necessárias à atuação profissional.

Quadro 4. Organização dos núcleos temáticos do CST em Gestão Ambiental.

NÚCLEO FUNDAMENTAL		
Código	Disciplina	Carga Horária
QGI	Química Geral e Inorgânica	80
INF	Informática	40
ECO	Ecologia e Biodiversidade	60
MTC	Metodologia do Trabalho Científico	40
LPT	Leitura e Produção de Textos	40
EPC	Ética profissional e Cidadania	40
MAB	Matemática Básica	60
ESB	Estatística Básica	60
TCC	Técnicas de Elaboração Projetos	40
	Total do Núcleo	460
NÚCLEO BÁSICO DE ANÁLISE AMBIENTAL		
Código	Disciplina	Carga Horária
SPS	Saúde Pública e Saneamento	40

REA	Recursos Energéticos e Ambiente	60
QOA	Química Orgânica e Ambiental	80
CBA	Climatologia Básica	40
LAM	Legislação Ambiental	60
SMA	Solos e Meio Ambiente	60
CAR	Cartografia Ambiental	60
QAA	Química Analítica Aplicada	60
MAM	Microbiologia Ambiental	60
PEU	Planejamento do Espaço Urbano	60
	Total do Núcleo	580
NÚCLEO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL		
Código	Disciplina	Carga Horária
IGA	Introdução à Gestão Ambiental	40
EAD	Elementos da Administração	60
EAT	Emissões Atmosféricas	40
GRH	Gestão de Recursos Hídricos	60
RAD	Recuperação de Áreas Degradadas	60
SGI	Sistemas de Gestão Integrada	60
EDS	Educação Socioambiental	60
TAG	Tratamento de Água	40
GEA	Geoprocessamento Ambiental	80
GRS	Gestão de Resíduos Sólidos	60
LAI	Licenciamento e Avaliação de Impactos Ambientais	80
TEF	Tratamento de Efluentes	60
EMP	Empreendedorismo	60
AAM	Auditoria Ambiental	40
GUC	Gestão de Unidades de Conservação	40
	Total do Núcleo	840

3.3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PREVISTAS

As práticas pedagógicas que serão desenvolvidas no CST em Gestão Ambiental não podem ser desarticuladas da concepção metodológica adotada e do perfil do egresso desejado. Nesse sentido, tais práticas objetivarão a formação de um profissional dotado de conhecimentos que o capacitem a atuar de forma crítica em seu ambiente de trabalho, a refletir, opinar, empreender, produzir e colocar em prática projetos e/ou atividades que promovam o desenvolvimento econômico e melhoria de qualidade de vida articulado à necessária visão de sustentabilidade.

Dessa maneira as práticas pedagógicas serão conduzidas de modo a favorecer a diversidade de metodologias que levarão à formação em sua completude. Em sala de aula, poderão ser desenvolvidas aulas expositivas; trabalhos em grupo; discussões; seminários; dentre outras estratégias que fomentem a participação, o diálogo e o envolvimento dos alunos nos conteúdos a serem desenvolvidos. A prática pedagógica não deverá ficar restrita à sala de aula, assim em outros ambientes, dentro ou fora do *Campus*, dar-se-á primazia à reflexão; ao diálogo; à articulação entre teoria e prática; à integração entre o conhecimento, semprevalorizando a criticidade como foco para a formação do futuro gestor.

3.3.1 Estratégias de Flexibilização Curricular

A possibilidade de flexibilização e integralização curricular do CST em Gestão Ambiental ocorrerá em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRO:

- Aos estudantes que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, devidamente aferidos mediante a submissão do candidato a provas que atestem a suficiência de seus conhecimentos adquiridos por meio de estudos independentes ou por conhecimentos construídos em sua experiência de trabalho, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos nos termos do § 2º do Art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- Aos estudantes dos cursos técnicos subsequentes ao ensino médio e de graduação que tenham realizado estudos no mesmo nível de formação em outros cursos no IFRO ou em outras instituições nacionais ou internacionais, poderão aproveitá-los parcial ou integralmente, no curso atual, resguardadas as regras estabelecidas no Regulamento de Organização Acadêmica;
- Estudantes dos Cursos de Graduação podem matricular-se em outros cursos do IFRO, no mesmo nível de formação, para cumprimento de disciplinas equivalentes em que haja retenção ou por necessidade de cumprimento de currículo em tempo hábil, nos limites estabelecidos pelo Regulamento da Organização Acadêmica do IFRO.
- Aos estudantes que necessitem de maior tempo para integralização do curso, há a possibilidade de ampliação do tempo de formação, observados os parâmetros dos regulamentos específicos. Para os Cursos de Graduação, admite-se também matrícula especial de estudantes advindos

de outras instituições, conforme o Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação e editais específicos de seleção. (PDI IFRO, 2014)

3.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares constituem-se como unidades curriculares que promovem a articulação entre teoria e prática e objetivam enriquecer a formação do gestor ambiental. No decorrer do curso, o estudante deverá integralizar a carga horária de 80 horas para o desenvolvimento de tais atividades, que poderão ser: cursos presenciais e não presenciais; minicursos; apresentação de seminários; organização de eventos; participação em eventos como simpósios, encontros, congressos; publicação de artigos e/ou resumos em eventos; desenvolver atividades de monitoria dentro do curso ou em outro curso do *Campus*; participação em projetos de pesquisa; e outras atividades autorizadas pelo coordenador de curso ou conforme documento de regularização do curso e/ou do IFRO.

A aprovação das atividades é realizada pela coordenação de curso, que analisa e avalia a documentação comprobatória de participação trazida pelo estudante, e posteriormente estabelece de acordo com regulamentação específica do curso, a carga horária correspondente à atividade.

3.5 AVALIAÇÃO

A avaliação é percebida como uma atividade constante, formativa e somativa visando a orientar intervenções no processo pedagógico a partir de diagnósticos de situação, devendo, portanto, ser aplicada sobre todas as atividades e condições de ensino e aprendizagem na Instituição.

3.5.1 Avaliação do processo de ensino e aprendizagem

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem deve ter como parâmetros a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vigente, os princípios do Projeto Pedagógico Institucional, as premissas do ROA Cursos Superiores, as fundamentações do Projeto Pedagógico do Curso, a função social e os objetivos do IFRO, bem como o perfil profissional previsto para o Curso.

A verificação do rendimento escolar do aluno será feita de forma diversificada e múltipla ao longo do semestre, aplicando-se o mínimo de dois instrumentos ou

estratégias diferentes entre si por componente curricular, em que nenhum deles ultrapasse 60% da nota.

Instrumentos de avaliação são todos aqueles que possibilitam aos docentes a realização de diagnósticos e intervenções em tempo hábil, visando à concretização do processo de ensino e aprendizagem ou que permitam a recuperação de estudos, abrangendo provas orais e escritas, trabalhos de pesquisa, seminários, exercícios, debates, relatórios, atividades práticas, projetos, e outros, a fim de atender às particularidades de cada componente curricular.

Para fins de avaliação do rendimento dos estudantes, cada componente curricular constituirá uma unidade independente e será atribuída uma nota final de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, sempre em números inteiros, para cada componente curricular, sendo que a nota mínima para aprovação é 60 (sessenta), atendendo o critério mínimo de 75% de frequência nas aulas, conforme legislação vigente.

O aluno que não obtiver média regular suficiente, mas atender ao critério mínimo de frequência terá direito a realizar exame final.

3.5.2 Avaliação do curso

A avaliação de cursos é ampla e múltipla: envolve a avaliação da Coordenação, para o acompanhamento pedagógico e as intervenções de aprimoramento e correção; o trabalho da Comissão Própria de Avaliação, para diagnosticar as condições de desenvolvimento institucional; a avaliação do Ministério da Educação, para a validação da oferta; a avaliação do Núcleo Docente Estruturante, como suporte ao trabalho da Coordenação do Curso, especialmente quando à consolidação e melhoria do Projeto Pedagógico correspondente.

A Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso é realizada de acordo com os princípios estabelecidos e as categorias indicadas no documento “Instrumento de avaliação de cursos de graduação do Ministério da Educação”. De acordo com esse contexto propõem-se três categorias de análise que subsidiarão a avaliação do projeto do curso:

I - A organização didático-pedagógica proposta e implementada pela Instituição bem como os resultados e efeitos produzidos junto aos alunos;

II - O perfil do corpo docente, corpo discente e corpo técnico, e a gestão acadêmica e administrativa praticada pela Instituição, tendo em vista os princípios definidos nas normativas da Rede Federal de Educação, em especial a LDB;

III - As instalações físicas que comportam as ações pedagógicas previstas neste Projeto Pedagógico e em atendimento à previsão mínima do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Após a coleta de indicadores, o coordenador realizará reuniões com professores, alunos e demais agentes formadores envolvidos, para discussão de resultados de avaliação prévia, definição de medidas de superação de problemáticas e planejamento de interferências.

Ademais, a Comissão Própria de Avaliação também realizará avaliações institucionais, cujos resultados serão aproveitados para as intervenções de melhoria nas condições de oferta do curso. Serão aproveitados ainda os resultados de avaliação do MEC, prevista no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Os relatórios daí resultantes são importantes referenciais de diagnóstico das condições de oferta dos cursos.

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que integra o SINAES, junto com a avaliação institucional e a avaliação externa, tem o objetivo de medir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial.

3.6 PRÁTICA PROFISSIONAL

O estágio obrigatório deverá ser desenvolvido em consonância com a Lei Federal 11.788/2008, que prevê a assinatura de Termo de Compromisso Tripartite. Deverá permear o desenvolvimento dos diversos componentes curriculares e não deve ser etapa desvinculada do currículo. A carga horária mínima é de 150 horas sendo requisito para aprovação e obtenção de diploma. O estágio como ato educativo escolar supervisionado, necessitará ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da Instituição de Ensino, que auxiliará na programação das atividades do Estágio.

Após a conclusão do estágio, o aluno deverá elaborar relatório, descrevendo as atividades do plano de estágio e protocolar o relatório de estágio junto à Coordenadoria de Integração Escola Comunidade (CIEC) em data estabelecida no calendário do IFRO – *Campus Colorado do Oeste*.

A própria Instituição também poderá conceder vagas para estágio aos alunos deste curso, neste caso cumprindo os princípios da Orientação Normativa 7/2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O estágio poderá ser iniciado a partir de 40% de conclusão das disciplinas e encerrado até o prazo final (para o aluno) de integralização do curso. Não se aceitará, para fins de diplomação neste *Campus*, em hipótese alguma, que estágios sejam realizados em prazo posterior. O tempo de realização do estágio será acrescido à carga horária de formação aluno, nos documentos de conclusão do curso. A iniciação científica, a participação em projetos de extensão e em monitorias poderão ser equiparadas ao Estágio Supervisionado.

Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelo Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, pela CIEC, e, quando necessário, pelo Colegiado de Curso.

3.6.2 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) comporá a carga horária total do curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental e deverá ser desenvolvido individualmente. Será acompanhado pelo professor da disciplina de TCC e pelo professor orientador, da área de desenvolvimento do trabalho.

O TCC poderá ser desenvolvido sob a forma de monografia ou de artigo científico. O tema do TCC será definido de comum acordo entre o professor orientador e o aluno efetivamente matriculado no último semestre do curso e tem como objetivos oportunizar ao tecnólogo revisão, aprofundamento, sistematização e integração dos conteúdos estudados; promover a elaboração de um projeto técnico na área de gestão ambiental, baseado em estudos ou pesquisas realizadas na área de conhecimento ou ainda decorrente de observações e análises de situações, hipóteses, dados e outros aspectos contemplados pela prática e pela técnica investigativa; promover a iniciação do aluno, em atividades técnico-científicas; familiarizar o aluno com as exigências metodológicas na execução de um trabalho técnico-científico.

A avaliação do TCC ocorrerá por meio de uma defesa pública perante uma banca examinadora que fará as considerações sobre o trabalho e emitirá um conceito final.

3.7 POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O Projeto Pedagógico do CST em Gestão Ambiental do IFRO — *Campus* de Colorado do Oeste foi concebido com atenção às orientações do PDI.

No que se refere à integração entre ensino, pesquisa e extensão, o objetivo é promover o desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento de saberes e conhecimentos necessários ao trabalho do futuro gestor. Tendo em vista que essa integração deve estar consonante às potencialidades e demandas locais, no intuito de promover o potencial regional, com foco na sustentabilidade.

Entende-se a Pesquisa como “princípio educativo e científico, e as ações de extensão, como um instrumento de diálogo permanente com a sociedade” (PDI-IFRO, 2014). Tais atividades consolidarão a participação efetiva de estudantes no meio em que convivem. Podem ser exemplos de atividades de ensino, pesquisa e extensão: minicursos, projetos de ensino, projetos de pesquisa, projetos de extensão, atividades comunitárias, trabalhos de campo, e outras.

3.7.1 Política de articulação com empresas

A articulação com empresas será promovida por meio da realização de estágios supervisionados, atividades de campo, bem como outras demandas oriundas de necessidades locais e/ou do próprio curso.

O estágio supervisionado será uma das principais estratégias de articulação do IFRO com as empresas. Considerando as demandas locais, os empreendimentos relacionados à atuação do gestor ambiental são: laticínios, frigoríficos, curtumes, empresas agropecuárias, atividades de georeferenciamento, atividades relacionadas à destinação final de resíduos sólidos, estações de tratamento de água e esgoto, atividades de valoração de resíduos, extração e beneficiamento de madeira, processamento de alimentos, atividades de consultoria ambiental, e outras.

3.8 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E CERTIFICAÇÃO GERAL DE CONHECIMENTOS

É facultado ao aluno que ingressar no curso de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFRO *Campus* Colorado do Oeste aproveitamento de estudos obtidos em disciplinas precedentes, cursadas em outras Instituições de Ensino Superior, além da certificação de conhecimentos e competências profissionais obtidas por meio de vivências anteriores.

Os critérios de aproveitamento de conhecimentos precedentes estão baseados na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e no ROA do IFRO. As competências profissionais anteriormente desenvolvidas pelos alunos, relacionadas ao perfil de conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, estão fundamentadas na Resolução n.3 CNE/CP 3, de 18 de Dezembro de 2002.

Para o aproveitamento de estudos anteriores, o discente deverá protocolar sua solicitação na Coordenação de Registros Acadêmicos, mediante requerimento próprio, e apresentar cópia e original do histórico escolar e da(s) ementa(s) da(s) disciplina(s). Outros documentos poderão ser solicitados, desde que necessários para averiguação das equivalências entre conteúdos.

Conhecimentos e competências adquiridos por meio de experiências previamente vivenciadas, como em cursos de formação continuada de trabalhadores, na vivência profissional ou em outros meios informais, mediante solicitação do aluno, poderão ser consideradas com propósitos de alcançar a dispensa de disciplina(s) integrante(s) da matriz curricular do curso.

Durante o processo de certificação de conhecimentos será nomeada uma comissão servidores especialistas para analisar o pedido de aproveitamento de conhecimentos solicitado e, se necessário, a documentação comprobatória desses conhecimentos e habilidades desenvolvidas anteriormente.

A comissão designada deverá estabelecer as estratégias relativas à aplicação de avaliação teórica ou teórico prática individualizada, conforme as características da disciplina para certificação de conhecimentos e práticas outrora obtidos.

Em qualquer condição, tanto o aproveitamento de estudos anteriores quanto a certificação de conhecimentos deverão ser requeridos em período estabelecido no Calendário Acadêmico.

3.9 CERTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Para obter o grau de Tecnólogo em Gestão Ambiental, o acadêmico deverá concluir com aprovação todos os componentes curriculares descritos na matriz curricular, o Trabalho de Conclusão de Curso, o Estágio Supervisionado, Atividades Complementares e demais atividades previstas no Projeto Pedagógico de Curso.

A expedição dos certificados e diplomas caberá a Reitoria do IFRO e deverá atender o ROA e a legislação vigente. O certificado de conclusão e o diploma só serão expedidos após comprovação da situação regular junto ao ENADE.

4 EQUIPE DE PROFESSORES

A expansão institucional está relacionada ao crescimento quantitativo e qualitativo de seu quadro de profissionais. A seleção de docentes se dá a partir da publicação de edital de concurso público para os cargos disponíveis, após autorização do Ministério da Educação. A contratação é realizada conforme a disponibilidade de vagas, seguindo a ordem de classificação do concurso e mediante autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

4.1 REQUISITOS DE FORMAÇÃO

Os requisitos mínimos de formação do professor para o CST em Gestão Ambiental estão apresentados no Quadro 5, de acordo com as disciplinas que compõe a matriz curricular.

Quadro 5. Requisitos de formação por disciplina

N.º	Disciplinas	Possíveis formações mínimas previstas
1	Química Geral e Inorgânica	Graduação em Química
2	Informática	Graduação em Informática
3	Ecologia e Biodiversidade	Graduação em Biologia
4	Metodologia do Trabalho Científico	Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> em qualquer área
5	Leitura e Produção de Textos	Graduação em Letras
6	Introdução à Gestão Ambiental	Graduação em Gestão Ambiental
7	Ética profissional e Cidadania	Graduação em Sociologia ou Filosofia
8	Matemática Básica	Graduação em Matemática
9	Saúde Pública e Saneamento	Graduação em Biologia
10	Estatística Básica	Graduação em Matemática, Estatística
11	Recursos Energéticos e Ambiente	Graduação em Física
12	Química Orgânica e Ambiental	Graduação em Química
13	Climatologia Básica	Graduação em Geografia
14	Legislação Ambiental	Graduação em Gestão Ambiental, Engenharia Ambiental ou Engenharia Florestal
15	Solos e Meio Ambiente	Graduação em Agronomia
16	Cartografia Ambiental	Graduação em Geografia
17	Elementos da Administração	Graduação em Administração
18	Emissões Atmosféricas	Graduação em Gestão Ambiental, Engenharia Sanitária ou Engenharia Ambiental
19	Química Analítica Aplicada	Graduação em Química

20	Gestão de Recursos Hídricos	Graduação em Gestão Ambiental, Engenharia Sanitária, Engenharia Ambiental ou Agronomia
21	Microbiologia Ambiental	Graduação em Biologia
22	Recuperação de Áreas Degradadas	Graduação em Gestão Ambiental ou Engenharia Florestal
23	Sistemas de Gestão Integrada	Graduação em Gestão Ambiental ou Administração
24	Educação Socioambiental	Graduação em Biologia, Geografia, Gestão Ambiental
25	Tratamento de Água	Graduação em Química, Gestão Ambiental, Engenharia Ambiental ou Engenharia Sanitária
26	Geoprocessamento Ambiental	Graduação em Geografia
27	Gestão de Resíduos Sólidos	Graduação em Gestão Ambiental, Engenharia Sanitária ou Engenharia Ambiental
28	Técnica de Elaboração de Projetos	Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> em qualquer área
29	Gestão de Pessoas	Graduação em Administração
30	Integração Lavoura Pecuária Floresta	Graduação em Engenharia Florestal ou Agronomia
31	Planejamento do Espaço Urbano	Graduação em Geografia
32	Licenciamento e Avaliação de Impactos Ambientais	Graduação em Biologia, Gestão Ambiental, Engenharia Florestal, Engenharia Ambiental ou Engenharia Sanitária
33	Tratamento de Efluentes	Graduação em Química, Gestão Ambiental, Engenharia Ambiental ou Engenharia Sanitária
34	Empreendedorismo	Graduação em Administração
35	Auditoria Ambiental	Graduação em Gestão Ambiental
36	Gestão de Unidades de Conservação	Graduação em Engenharia Florestal
37	Libras	Graduação em Letras/Libras ou Letras/Libras
38	Saúde e Segurança do Trabalho	Graduação em Gestão Ambiental

4.2 EQUIPE DOCENTE CONSTITUÍDA PARA O CURSO

A equipe constituída conforme a titulação requerida e a disponibilidade de profissionais do *Campus*. No anexo 2, consta o quadro desses profissionais e, no 4, os endereços de acesso aos seus currículos, dispostos na Plataforma Lattes. Abaixo, consta o demonstrativo de titularidade.

O quadro de professores do curso poderá ser alterado de acordo com novas contratações de professores realizadas pelo IFRO e pela dinâmica de qualificação da Instituição, que poderá habilitar outros docentes em áreas afins do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental.

4.3 ÍNDICES DE QUALIFICAÇÃO DOS DOCENTES DO CURSO

Os índices de qualificação dos docentes do curso estão apresentados no Quadro 6:

Quadro 6. Índice de qualificação dos docentes do curso.

TITULAÇÃO	QTDE.	% DO TOTAL	NA ÁREA DO CURSO	EM OUTRAS ÁREAS
-----------	-------	------------	------------------	-----------------

			QTDE.	% DO TOTAL	QTDE.	% DO TOTAL
Graduação	3	14			3	14
Aperfeiçoamento						
Especialização	1	5			1	5
Mestrado	14	64	4	18	10	45
Doutorado	4	18			2	9
Livre Docencia						
Total	22	100	4	18	16	73

4.4 POLÍTICA DE APERFEIÇOAMENTO, QUALIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO

No IFRO — *Campus* Colorado do Oeste, os servidores participam de cursos de qualificação e atualização anualmente, seja por meio de programas de formação continuada da própria Instituição, seja pelos investimentos próprios dos servidores, que têm buscado constantemente sua especialização. O IFRO valoriza a formação dos seus professores, oferecendo benefícios salariais, investe em oportunidades de qualificação por meio de seus próprios cursos ou de parceria com outras instituições, bem como autoriza os servidores a se afastarem para seus estudos, quando assim requerido, mas sempre tendo em vista a manutenção dos serviços oferecidos.

O IFRO é uma instituição que oferece cursos desde a educação básica até a pós-graduação *Lato sensu*. Tem, pois, como previsão, ampliar o leque de oferta de cursos de aperfeiçoamento e especialização, de modo a aproveitar as potencialidades de sua equipe e, conseqüentemente, ampliá-las. A formação em nível de mestrado e doutorado é um requisito fundamental nas instituições com essa abrangência. No IFRO, os quadros de especialização devem ser implementados com a urgência decorrente da própria demanda social na região, que carece de formação superior para atuação nas áreas de educação, ciência e tecnologia.

5 ÓRGÃOS DE ACOMPANHAMENTO DE NATUREZA ACADÊMICA

5.1 COORDENAÇÃO DO CURSO

A coordenação do curso será determinada de acordo com os parâmetros ditados pelo ROA em vigor, sendo-lhe atribuídas basicamente as funções de acompanhamento constante das demandas surgidas e necessárias para o funcionamento do curso, apoio ao docente e aos discentes do curso. O trabalho do coordenador do curso será realizado em articulação com os demais setores de apoio ao educando, coordenação registros acadêmico, direção de ensino e supervisão pedagógica.

Atualmente, a Coordenadora do CST em Gestão Ambiental é a professora Camila Isabel de Menezes Fraga, Engenheira Sanitarista-Ambiental, Mestre em Física Ambiental. A docente atua no *Campus* Colorado do Oeste desde 2009, sob regime de dedicação exclusiva. Foi designada coordenadora do CST em Gestão Ambiental pela Portaria nº. 1.068, de 9 de outubro de 2013.

Além da atividade de coordenação de curso, a professora Camila exerce docência no próprio curso e nos demais cursos oferecidos pelo IFRO *Campus* Colorado do Oeste, orienta Trabalhos de Conclusão de Curso, Estágios supervisionados, bem como participa de comissões organizadoras de atividades de extensão como a Semana Ambiental.

5.2 COLEGIADO

O Colegiado de Curso de Graduação, no âmbito de cada *Campus*, é um órgão consultivo e deliberativo com o fim de participar das decisões sobre assuntos acadêmicos do curso que representa.

Ao Colegiado do Curso é dada as funções relativas aos assuntos acadêmicos do Curso que representa e suas competências estão previstas ROA dos cursos de Graduação do IFRO.

Fazem parte do Colegiado de Curso do CST em Gestão Ambiental a Direção de Ensino, o Departamento de Apoio ao Ensino, todos os Docentes em atividade no curso e um discente. Presentemente, o Colegiado de Curso é composto por

Figura1. Colegiado do Curso de Gestão Ambiental do IFRO – *Campus* Colorado do Oeste (Portaria Nº 271/2016/IFRO/DG)

Diretora de Ensino	Salete Borino
Chefe do Departamento de Apoio ao Ensino - DAPE	João Gouveia Coelho
Coordenador de Curso	Camila Isabel de Menezes Fraga
Docentes do Curso	Camila Isabel de Menezes Fraga; Diego Soares Carvalho; Hedi Carlos Minin; Kessys Lorrânya Peralta de Oliveira; Marcel EmericBizerra de Araújo; Mauro Sérgio Demício; Moisés José Rosa Souza; Rodrigo SassetParizotto;
Acadêmico do Curso	Joacir Aparecido Lourenzoni

5.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante – NDE do CST em Gestão Ambiental (Quadro 7) é uma organização acadêmica com o fim de elaborar, acompanhar, avaliar e,

quando necessário, reformular o projeto pedagógico do curso para o qual ela foi constituída. A formação do NDE obedecerá ao previsto na Resolução nº 01/2010 Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e no ROA dos cursos Graduação do IFRO.

O NDE será instituído ou modificado por meio de portaria emitida pela Direção-Geral do *Campus*, em que constará o nome dos membros do grupo. Sua renovação acontecerá sempre que necessária e será de acordo com a Regulamentação vigente.

Quadro 7. Núcleo Docente Estruturante do Curso de Gestão Ambiental do IFRO – *Campus* Colorado do Oeste (Portaria Nº 155/2015/IFRO/DG)

Nº	NOME	FORMAÇÃO	TITULAÇÃO	ÁREA
1	Aparecida Gasquez de Souza	Geografia	Mestra	Educação
2	Camila Isabel de Menezes Fraga	Engenharia Sanitária – Ambiental	Mestra	Física Ambiental
3	Lucimar de Freitas Novais	Pedagogia	Mestra	Ciência – Educação Agrícola
4	Marcos Aurélio Anequine de Macedo	Agronomia	Doutor	Agronomia
5	Miriam Aparecida Orloski de Castro Pereira	Biologia	Mestra	Ciência – Educação Agrícola
6	Rafael Norberto de Aquino	Gestão Ambiental	Mestre	Ciência – Educação Agrícola
7	Rosane Salete Sasset	Letras	Mestra	Ciência – Educação Agrícola

6 SETORES DE APOIO PEDAGÓGICO E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

6.1 DIRETORIA DE ENSINO

Articula-se com a Direção-Geral e com os demais setores de manutenção e apoio ao ensino para o desenvolvimento das políticas institucionais de educação. Delibera a respeito de programas, projetos e atividades de rotina, conforme competências descritas no Regimento Interno do *Campus* e as instruções da

Direção-Geral; organiza, executa e distribui tarefas referentes ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão.

a) **Departamento de Desenvolvimento de Ensino:** desenvolve atividades de suporte à Direção de Ensino; presta apoio ou exerce atividade de orientação a professores e alunos, no que tange a elaboração, tramitação, organização, recebimento e expedição de documentos referentes ao ensino superior; gerencia materiais e recursos didáticos disponibilizados aos docentes e acadêmicos deste nível de ensino; com auxílio de uma equipe de pedagogos, atua junto ao ensino superior para prestar apoio pedagógico aos alunos e professores.

b) **Coordenação de Assistência ao Educando:** desenvolve atividades de suporte à Direção de Ensino e à Coordenação de Apoio ao Ensino; presta informações a todos de direito no que se refere às notas obtidas nas etapas; oferece uma atividade complementar de atendimento às necessidades de alunos quanto a aproveitamento, frequência, relações de interação no âmbito da Instituição e outros princípios voltados para o bom desenvolvimento dos estudos. O IFRO tem por política institucional garantir não somente o acesso ao ensino de qualidade, mas criar mecanismos que garantam a permanência do aluno na instituição, com sucesso em sua trajetória acadêmica.

O atendimento/acompanhamento pedagógico às turmas e aos alunos, de forma individualizada, tem como objetivo o desenvolvimento harmonioso e equilibrado dos acadêmicos em todos os aspectos — físico, mental, emocional, moral, estético, político, educacional e profissional. Para tanto, serão direcionados esforços no sentido de:

- Proporcionar ao aluno atividades para integração ao grupo no qual está inserido;
- Proporcionar informações que favoreçam a inserção dos estudantes no cotidiano escolar;
- Identificar estratégias adequadas para uma ação integrada de trabalho com os docentes;
- Trabalhar atitudes e valores em grupo ou individualmente, tanto com os alunos quanto com os professores;
- Possibilitar ao aluno consciência de suas escolhas e decisões profissionais, que serão trabalhadas no âmbito individual e no coletivo;

- Avaliar, atender e/ou encaminhar para setores competentes os alunos envolvidos em situações de conflito, ou com problemas que interfiram direta ou indiretamente no seu desenvolvimento acadêmico;
- Trabalhar a Organização Didática: normas, direitos e deveres, instâncias de decisão dos processos políticos, pedagógicos e administrativos e informações sobre os serviços oferecidos pelo IFRO;
- Buscar interação com professores, individualmente ou em grupo (reuniões de área, de turma, encontros pedagógicos e outros), para discutir sobre os encaminhamentos decorrentes do processo de ensino e aprendizagem.

c) Coordenação de Registros Acadêmicos: setor de registro, acompanhamento, informação e controle de notas, frequência e outros dados relativos à vida escolar do aluno, incluindo-se trâmites para expedição de disciplinas e diplomas.

d) Coordenação de Biblioteca: registra, organiza, cataloga, informa, distribui e recolhe livros e outras obras de leitura; interage com professores, alunos e demais agentes internos ou externos para o aproveitamento das obras da biblioteca no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem e/ou da formação geral.

6.2 DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO

Orienta os agentes das comunidades interna e externa para o desenvolvimento de projetos de extensão, considerando a relevância dos projetos e a viabilidade financeira, pedagógica e institucional do Câmpus; participa de atividades de divulgação e aplicação dos projetos, sempre que oportuno e necessário; oferece orientação vocacional aos alunos.

Por meio da Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade, cumprirá as atividades de rotina relativas a estágio (levantamento de vagas de estágio, credenciamento de empresas, encaminhamento ao mercado de trabalho, estabelecimento de relação quantitativa e qualitativa adequada entre alunos e docentes orientadores, etc.), desenvolverá planos de intervenção para conquista do primeiro emprego, acompanhará egressos por meio de projetos de integração permanente, construirá banco de dados de formandos e egressos, fará as diligências para visitas técnicas, dentre outras funções.

O Departamento de Extensão serve de apoio a administração, a Diretoria de Ensino e aos membros das comunidades interna e externa no que diz respeito ao desenvolvimento de atividades que favoreçam ao fomento do ensino e da aprendizagem.

6.3 DEPARTAMENTO DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Atende as necessidades da Instituição também de forma articulatória, relacionando a pesquisa e a inovação com as atividades de ensino; responde pela necessidade de informação, organização e direcionamento das atividades afins, atentando-se para novas descobertas e o desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento de pessoas e processos.

Por meio da Coordenação de Pesquisa e Inovação, trabalhará com programas de fomento, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica — PIBIC Júnior e outros, e projetos específicos de desenvolvimento da pesquisa, realizados no âmbito interno ou não, envolvendo não apenas os alunos e professores, como também a comunidade externa.

6.4 SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Trabalha pela automação e desenvolvimento de sistemas nos mais diversos níveis e segmentos, envolvendo Gestão da Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) dos Institutos Federais, Observatório Nacional do Mundo do Trabalho, EPT virtual, Portal Nacional de EPT, EPT Internacional, Acessibilidade Virtual, Controle Acadêmico (responsável pelo controle da documentação do aluno na instituição), dentre outros programas, sistemas e processos.

6.5 NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE) tem como atribuição desenvolver, acompanhar, avaliar e implementar ações com a finalidade de promover o desenvolvimento do estudante, minimizar a exclusão social e facilitar o acesso das pessoas com necessidades educacionais especiais ao mundo do trabalho através do preparo e qualificação, objetivando o favorecimento pleno da cidadania. O núcleo conta com:

a) Uma equipe formada por profissionais com adequada especialização (psicólogo, assistente social, intérprete em Libras e outros), que adotará medidas que atender as necessidades educacionais do aluno com deficiência;

b) Adaptação pedagógica de materiais como apoio necessário à aprendizagem, conforme a característica da deficiência.

7 INFRAESTRUTURA

O Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFRO – *Campus* Colorado do Oeste está em funcionamento desde o ano de 2006 e apresenta estruturas disponíveis para o desenvolvimento das atividades didáticas pedagógicas necessárias ao curso de Tecnologia em gestão Ambiental como Salas de aulas, biblioteca, laboratórios entre outros. Além disso, o câmpus está em constante processo de melhoria dos espaços existentes e de criação e construção de novos ambientes e laboratórios.

7.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

7.1.1 Distribuição do Espaço Físico

O *Campus* Colorado do Oeste, possui espaços diversificados e multidisciplinares, preparados para oferecer, quando possível, uma interface entre os cursos. As principais dependências encontram-se apresentadas no Quadro 8.

Quadro 7. Dependências Físicas disponíveis no IFRO – Campus Colorado do Oeste

Dependência	Quantidade	Total em m ²
Abatedouro	1	92,00
Abrigo de animais silvestres	1	*
Agroindústria I	1	*
Agroindústria II	1	*
Aprisco	1	216,00
Áreas desportivas descobertas	2	*
Auditório com recursos áudio-visuais	2	244,80

Aviário de corte	3	828,75
Aviário de postura	2	301,50
Bezerreiro	1	148,52
Biodigestores	2	*
Casa do mel	1	70,35
Centro Educacional e Cultural	1	2.100,00
Curralcoberto	2	*
Depósito de reciclagem de lixo	1	*
Estábulo	1	*
Estação meteorológica	1	*
Estufas	3	465,00
Fábrica de rações	1	120,35
Fazenda experimental (100 ha)	1	1.000.000,00
Galpão de cunicultura	1	150,75
Galpão para armazenamento de grãos e matéria-prima para rações	1	*
Ginásio poliesportivo	1	2.025,00
Laboratório de biologia	1	98,40
Laboratório de construções rurais	1	130,80
Laboratório de desenho e topografia	1	98,34
Laboratório de física	1	98,40
Laboratório de informática, com 40 computadores	2	*
Laboratório de matemática	1	98,40
Laboratório de química	1	98,40
Laboratório de solos	1	124,12
Orquidário	1	54,80
Granja de suínos	1	*
Salas de aula	24	*
Sala de ordenha	1	*

Silos parasilagem	4	*
Tanques de peixe	6	*
UEP de animais de grande porte	1	*
UEP de animais de médio porte	1	*
UEP de animais de pequeno porte	1	*
UEP de produção vegetal I	1	*
UEP de produção vegetal II	1	*
UEP de produção vegetal III	1	*
Viveiro de mudas de olerícolas	1	*
Viveiro de mudas frutíferas e florestais	1	*

* As áreas desses setores não têm registros das suas dimensões no IFRO — *Campus Colorado do Oeste*.

7.1.2 Recursos Materiais

Todas as salas de aulas são equipadas com uma lousa digital e em alguns casos equipamentos de data-show estão disponíveis para uso do professor.

7.1.3 Planos de Expansão da Estrutura Física

O plano de expansão da estrutura física está sendo realizado nos Campi de acordo com o projeto da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O Campus Colorado do Oeste continuará com investimentos em sua infraestrutura contando no momento com o andamento da construção de um bloco de 1.394,02 m² que constará com oito laboratórios, entre eles laboratório de sementes, de biotecnologia vegetal e de microbiologia.

7.2 INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

O IFRO tem procurado adequar sua estrutura física e pedagógica para garantir o acesso e permanência das pessoas com necessidades especiais em atividades acadêmicas. Dessa forma, tem sido discutido e promovidas ações para essa adequação. Uma das formas foi a criação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), em processo de implementação que deverá ofertar às Pessoas com Necessidades Educacionais

Específicas (PNEEs) o acesso à educação e à preparação para o mundo do trabalho.

O NAPNE visa à articulação de pessoas e de instituições para o desenvolvimento das atividades de implantação e implementação do Programa TEC NEP no âmbito do Instituto Federal de Rondônia, envolvendo sociólogos, psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, supervisores e orientadores educacionais, técnicos administrativos, docentes, discentes e pais de alunos.

As metas do NAPNE, segundo a Resolução n.º 30 CONSUP/IFRO de 2011 são:

- a) promover a inclusão e a permanência de Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – PNEEs na Instituição e no mundo do trabalho;
- b) identificar o público-alvo potencial na região de entorno do *Campus*;
- c) sensibilizar a comunidade escolar para a convivência com a diversidade;
- d) estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas, associações, cooperativas, ONGs, órgãos representativos de PNEEs e de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas;
- e) fomentar a sustentabilidade do processo inclusivo, mediante aprendizagem cooperativa em sala de aula e a constituição de redes de apoio (IFRO, 2011).

Destaca-se que o objetivo principal do NAPNE é criar no *Campus* a cultura da "educação para a convivência", a aceitação da diversidade, a eliminação de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais, incluindo socialmente a todos através da educação.

7.2.1 Acessibilidade para pessoas com deficiência física

O NAPNE contempla em suas ações a promoção da acessibilidade para que a pessoa com deficiência física possa permanecer na Instituição durante a integralização de curso, ou quando vierem ao IFRO. Por isso, também compete ao NAPNE articulação com outros setores e instituições para estabelecer a acessibilidade.

Os requisitos de acessibilidade física tomam como referência a NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas e Técnicas que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos, que no mínimo contemple:

- I – A eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação das PNEEs, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo;
- II – A reserva de vagas no estacionamento do *Câmpus*;
- III – A adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso da cadeira de rodas;
- IV – A construção de rampas com corrimãos ou instalação de elevadores, facilitando a circulação da cadeira de rodas;

V – A instalação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
VI – A instalação de lavabos, bebedouros e telefone público em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas. (IFRO, 2011)

7.2.2 Acessibilidade para alunos com deficiência visual

Às pessoas com deficiência visual, a acessibilidade prevista pelo NAPNE consiste em disponibilizar (no ambiente do NAPNE) teclado e impressora Braille, computador e outros recursos pedagógicos que se fizerem necessários.

7.2.3 Acessibilidade para alunos com deficiência auditiva

No Câmpus existem diversas placas de acessibilidade visual para surdos indicando salas e setores. Além disso, conta-se com profissional técnico tradutor intérprete de linguagem de sinais/LIBRAS que traduz e interpreta artigos, textos diversos, bem como traduz e interpretar palavras, conversações, narrativas, palestras, atividades didático-pedagógicas.

O Câmpus Colorado do Oeste tem promovido ainda, desde o ano de 2013 cursos básico de libras, em formas de extensão para a comunidade interna e externa, para facilitar a comunicação entre surdos e ouvintes.

7.3 INFRAESTRUTURA DE INFORMÁTICA

O IFRO - *Campus* Colorado do Oeste conta com dois laboratórios de informática, equipados com 40 computadores cada um, abertos aos estudantes de segunda a sexta-feira, do período matutino ao noturno. Detalhamento e especificações dos laboratórios de informáticas estão apresentadas no Quadro 9.

Estes ambientes são destinados às aulas e pesquisas livres dos alunos. Os professores interessados em usar esses ambientes agendam seus horários em planilhas, que são coordenados pelos servidores e estagiários.

A entrada e permanência de alunos são controladas por meio de listas de presença e meio eletrônico. Não é permitido o acesso a conteúdos não educacionais, como jogos e sites de relacionamentos, salvo sob orientação dos professores.

Os softwares instalados são licenciados, a pedido dos professores. Está prevista a instalação de softwares específicos, seguindo critérios ou necessidades das disciplinas.

Quadro 8. Especificações do laboratório de informática.

Área (m ²)	m ² por estação	m ² por aluno	
86	3,6 por computador	2,0	
Softwares instalados		Quantidade	
Licenças Microsoft Office 2010 Profissional		82	
Licenças Microsoft Windows 7 Profissional		82	
Licenças ArcGIS		31	
Licenças Kaspersky Antivírus		82	
AutoCad Licença Acadêmica		82	
Hardwares instalado por laboratório		Unidade	Quantidade
Computador (Estudante)		Unidade	40
Computador (Professor)		Unidade	1
Projetor		Unidade	1

7.3.1 Quadro de horários

De acordo com o andamento dos conteúdos e programação das aulas, os docentes agendam seus horários de uso dos laboratórios, sendo das 07h às 22h30min. Fora do horário das aulas, a entrada de outros alunos fica condicionada pelo número de máquinas disponíveis.

7.3.2 Pessoal de Apoio

Cada laboratório conta com um técnico em informática para dar suporte aos usuários do laboratório. Além dos servidores, podem atuar discentes bolsistas para auxiliar nas atividades.

7.3.3 Plano de Atualização Tecnológica e Manutenção dos Equipamentos

Para a manutenção dos equipamentos de informática, a instituição possui dois técnicos em informática, dois técnicos de laboratório de informática e um analista da informação. O plano de atualização tecnológica está sendo elaborado pelo setor de Tecnologia da Informação para o ano de 2016.

7.4 INFRAESTRUTURA DE LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS À ÁREA DO CURSO

A existência de laboratórios equipados é essencial para melhorar o processo e eficiência da aprendizagem, através de aulas práticas. Estes laboratórios deverão

estar com os equipamentos básicos necessários e o material de consumo disponível para as experiências, com bancadas, banquetas/cadeiras, equipamentos específicos, quadro branco, computador interligado ao data-show e acesso a Internet.

Nos Laboratórios de Informática constarão softwares específicos licenciados para as áreas de geoprocessamento, desenho técnico, topografia, estatística, entre outros.

No Quadro 9 apresenta-se a relação de laboratórios e seus respectivos objetivos.

Quadro 9. Relação de laboratórios e seus objetivos.

LABORATÓRIO	OBJETIVOS
Biologia	Atender as necessidades básicas das aulas práticas/demonstrativas, relevando os conteúdos aplicados na sala de aula ou apresentados no campo, referente às disciplinas da área básica de Biologia. Dar suporte às atividades de pesquisas.
Química	Contribuir para executar as atividades e experimentos práticos das disciplinas de Química Geral e Inorgânica, Química Orgânica e Ambiental e Química Analítica, observados na sala de aula. Dar suporte aos experimentos de pesquisa.
Física	Aplicar os experimentos de Física de acordo com os conhecimentos aplicados em sala de aula, voltados para o ambiente agrícola. Auxiliar nas atividades de pesquisa.
Matemática	Subsidiar as disciplinas de Álgebra Linear, Cálculo I e II, Estatística e Experimentação Agrícola, para aplicação de exercícios práticos direcionados para o curso de Engenharia Agrônoma. Cooperar com as análises estatísticas dos experimentos realizados no <i>Campus</i> .
Informática	Colaborar para o processo de ensino-aprendizagem através de aulas práticas nos computadores, com utilização de softwares específicos para as disciplinas de Informática Aplicada em Engenharia Agrônoma, Expressão Gráfica, Topografia, Geoprocessamento, Administração e Economia Rural, entre outros. Dar suporte a pesquisas, através da aplicação de softwares específicos para as análises estatísticas, dentre outros.
Solos	Permitir a realização de análises químicas e físicas do solo, para fins de classificação e fertilidade do solo. Ainda poderá contribuir em atividades relacionadas à disciplina de Irrigação e Drenagem e Nutrição Mineral de Plantas. Colaborar no desenvolvimento de projetos de pesquisa na área de solos e em áreas correlatas.
Topografia e Geoprocessamento	Possibilitar a aplicação da teoria no campo, utilizando os equipamentos e os softwares específicos para a complementação dos estudos das disciplinas de Topografia, Geoprocessamento, Agricultura de Precisão etc. Contribuir na locação dos setores, nos dos experimentos e nas atividades de pesquisa.

7.4.1 Quadro de horários dos Laboratórios Específicos

Os horários de funcionamento dos laboratórios do IFRO — *Campus* Colorado do Oeste são das 07h às 11h, das 13h às 17h e das 18h30min às 22h30min.

7.4.2 Pessoal de Apoio para o Laboratório

O pessoal de apoio para os laboratórios compreende de Técnicos em: Laboratório, Química, Agropecuária, Meteorologia e Geoprocessamento.

7.4.3 Plano de atualização Tecnológica e manutenção dos Equipamentos

O plano de atualização tecnológica e manutenção dos equipamentos ainda está em desenvolvimento, e deverá entrar em execução a partir do ano de 2016.

7.5 BIBLIOTECA

A biblioteca contém as bibliografias básicas dos campos de ação acadêmicos do curso, com acesso via internet aos portais de periódicos da CAPES e de outras instituições. Para o melhor aproveitamento dos estudos, o acervo conterà a média mínima de um exemplar para cada oito alunos, essencialmente para as três ou mais bibliografias básicas de cada disciplina.

7.5.1 Espaço Físico da Biblioteca

O espaço da biblioteca é destinado a atividades de estudos em grupo ou individuais. São previstas consultas a bases de dados digitais e outros serviços, como solicitação de artigos.

7.5.2 Demonstrativo da Relação Unidade/Quantidade

A relação unidade/quantidade é determinada de acordo com a aquisição de livros que está em processo.

7.5.3 Serviços Oferecidos Pela Biblioteca

Na biblioteca é oferecido apoio bibliográfico ao desenvolvimento das atividades estudantis, como empréstimo de livros, manuais e revistas. Até a implementação do curso, o serviço oferecido conterà também com catalogação online, sistemas de informação de usuários e navegação online destinada ao acesso de periódicos, revistas e portais educacionais.

A biblioteca ainda conta com um sistema de reserva, empréstimo e renovação em ambiente GNUTECA.

7.5.4 Horário de Funcionamento da Biblioteca

A biblioteca é aberta ao público de segunda a sexta-feira, das 07h às 22h30min. O espaço é aberto à comunidade escolar, sendo os empréstimos permitidos somente aos alunos e servidores do *Campus*.

7.5.5 Mecanismo e Periodicidade de Atualização de Acervo

Ao final de cada ano, é realizada conferência dos títulos e volumes dos livros com o catálogo da biblioteca. As perdas são cobradas dos usuários responsáveis.

No início do primeiro semestre, os professores realizam uma listagem com títulos relacionados às suas respectivas disciplinas. Essa lista, acompanhada pela indicação das perdas, é enviada ao setor de licitação que é o responsável pela compra dos livros.

7.5.6 Recursos Humanos

A biblioteca conta com duas bibliotecárias e cinco auxiliares de biblioteca, todos com ensino superior.

EMBASAMENTO LEGAL

Dentre os documentos legais mais importantes e recorrentes para a orientação da prática educacional, constam os que seguem, considerados parâmetros para a atividade do gestor ambiental e dos profissionais que atuam no acompanhamento e controle acadêmico e pedagógico do *Campus*.

- a) Constituição da República Federativa do Brasil;
- b) Lei 10.098/2000: dispõe sobre a acessibilidade;
- c) Lei 10.861/2004: institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES);
- d) Lei n.º 11.788/08: dispõe sobre o estágio;
- e) Lei n.º 11.892/08: cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
- f) Lei n.º 9.394/96: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- g) Parecer CNE/CES 436/2001, que versa sobre os Cursos Superiores de Tecnologia.
- h) RESOLUÇÃO CNE/CP 3/2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.
- i) Parecer CNE/CP 29/2002, que versa sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico.
- j) Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- k) Parecer CES 277/2006, que versa sobre nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação.
- l) Parecer CNE/CES 239/2008, que versa sobre a Carga horária das atividades complementares nos cursos superiores de tecnologia.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BARBIERI, J. C. **Gestão Ambiental**: conceitos, modelos e instrumentos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia do MEC**, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=44501-cncst-2016-3edc-pdf&category_slug=junho-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: Maio de 2016.

_____. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 — Lei de Diretrizes e Bases, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2015.

_____. Resolução CNE/CP n. 3, de 18 de dezembro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>>. Acesso em: 12 de abr. 2015.

_____. Parecer CNE/CP 29/2002, que versa sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/cp29.pdf>>. Acesso em: 12 de abr. 2015.

_____. Lei 11788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 20 de fev. 2015.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 20 de fev. 2015.

_____. Parecer CNE/CES 436/2001, que versa sobre os Cursos Superiores de Tecnologia. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0436.pdf>>. Acesso em: 10 de maio 2015.

_____. Parecer CES 277/2006, que versa sobre nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/pces277_06.pdf>. Acesso em: 20 de fev. 2015.

_____. Parecer CNE/CES 239/2008, que versa sobre a Carga horária das atividades complementares nos cursos superiores de tecnologia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pces239_08.pdf> .Acesso em: 10 de maio 2015.

_____. Resolução. 01, de 17 de junho de 2010, que normatiza o núcleo docente estruturante e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6885-resolucao1-2010-conae&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10 de maio 2015.

Confederação Nacional da Indústria (CNI). **Perfil da Indústria nos estados**. Brasília: CNI, 2014.

Diário Oficial da União (D.O.U.), Brasília, DF, 13 nov. 2009, N°217, Seção 1 – p. 183 a 184.

DONAIRE, D. A internalização da Gestão Ambiental na empresa. **RevistadeAdministração**, São Paulo v. 31, n.1, p.44-51, janeiro/março, 1996.

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEAD). Pesquisa da Atividade Econômica Regional, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). Cidades. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=110006>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). Cidades. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=110006>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

MACHADO JUNIOR, C. et al. A gestão dos recursos naturais nas organizações certificadas pela norma NBR ISO 14001. **Produção**, v. 23, n. 1, p. 41-51, jan./mar. 2013.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL do IFRO (PDI), 2014. Disponível em: <<http://pdi.ifro.edu.br/>>Acesso em: 20 de jul. 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA (IFRO). Resolução nº 30/CONSUP/IFRO, de 03 de outubro de 2011. Dispõe sobre o Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. **Conselho Superior do IFRO**, Porto velho, 03 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://www.ifro.edu.br/site/wp-content/uploads/2009/04/NAPNE.pdf>>. Acesso em: 20 agos.2015.

APÊNDICE

PLANOS DE DISCIPLINA

1.º Período

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL				
Disciplina	Química Geral e Inorgânica			Código	QGI
Classificação	x	Obrigatória		Optativa	
Carga horária semestral	80		Carga horária semanal	4	
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)				Código(s)	
Ementa					
Introdução ao trabalho em laboratório de química. A química e o método científico. Medidas e termos fundamentais em química. Matérias e Energia. Análise dimensional. Teoria atômica. Leis ponderais. Massas atômicas e massas moleculares. Conceito de mol. Equação química, reação química, símbolos químicos. Cálculos estequiométricos. Estrutura eletrônica. Natureza elétrica da matéria. Estrutura do átomo. Origem da teoria dos quanta. Mecânica quântica. O átomo de hidrogênio. Propriedades periódicas. Ligação química. Ligação iônica. Ligação covalente. Ligações metálicas. Natureza dos compostos químicos. Ácido, base, sais.					
Referências básicas					
BRADY, J. E.; HUMISTON, Gerard E. Química Geral . v.1. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. KOTZ, J. C.; TREICHEL, P. M.; WEAVER, G.C. Química Geral e Reações Químicas . Volume 1 e 2. 6.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. BURROWS, A. et al. Química 3 : volume 1 - introdução à química inorgânica, orgânica e físico-química. Rio de Janeiro: LTC, 2012.					
Referências complementares					
ATKINS, P.; JONES, L. Princípios de Química : Questionando a vida moderna e o meio ambiente. 3.ed. São Paulo: Bookman, 2012. BRADY, RUSSEL e HOLUM. Química : A Matéria e Suas Transformações. v.1. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. BRADY, RUSSEL e HOLUM. Química : A Matéria e Suas Transformações. v.2. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009. BROWN, T. L.; Le MAY, H. E.; BURSTEN, B.E. Química : A Ciência Central. 9.ed. São Paulo: Pearson, 2013. SHRIVER, D. F.; ATKINS, P.W. Química Inorgânica . 4.ed. São Paulo: Bookman, 2008.					

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL				
Disciplina	Informática Básica			Código	INF
Classificação	<input checked="" type="checkbox"/>	Obrigatória	<input type="checkbox"/>	Optativa	
Carga horária semestral	40		Carga horária semanal	2	
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)				Código(s)	
Ementa					
Introdução à Informática. Segurança de Computadores. Processadores de texto. Planilhas eletrônicas. Apresentações eletrônicas. Softwares específicos da área de Gestão Ambiental.					
Referências básicas					
ANGELOTTI, E. S. Banco de dados . São Paulo: Editora do Livro Técnico, 2012. MANZANO, A. L. N. G. Estudo Dirigido de Microsoft Office Excel 2007 . 2.ed. São Paulo: Érica, 2012. MORIMOTO, C.E. Hardware II: Guia definitivo . Porto Alegre: Sul Editores, 2013.					
Referências complementares					
MANZANO, A. L. N. G. Estudo Dirigido de Microsoft Office Word 2007 . São Paulo: Érica, 2007. MANZANO, A. L. N. G. Estudo Dirigido de Microsoft Office PowerPoint 2007 . São Paulo: Érica, 2007. MCFEDRIES, P. Fórmulas e funções com Microsoft Excel . Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2005. OLIVEIRA, R. Informática educativa: dos planos e discursos à sala de aula . 17.ed. Campinas: Papirus, 1997. RODRIGUES, A. Desenvolvimento para internet . Curitiba, PR: Editora do Livro Técnico, 2010.					

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL				
Disciplina	Ecologia e Biodiversidade			Código	ECO
Classificação	<input checked="" type="checkbox"/>	Obrigatória	<input type="checkbox"/>	Optativa	
Carga horária semestral	60		Carga horária semanal	3	
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)				Código(s)	
Ementa					
Diferentes tipos celulares:(Eucariotos e Procariotos); Introdução aos grandes grupos de seres vivos; Conceitos de Biodiversidade; Estrutura dos ecossistemas; Energia e Matéria nos Ecossistemas; Ciclos biogeoquímicos; Fatores limitantes; Ecologia de Populações; Organização e Dinâmica das Comunidades; Ecossistemas brasileiros; Sucessão Ecológica; Métodos e técnicas para avaliar a Biodiversidade; Biodiversidade e indicadores de qualidade ambiental: espécies-chave e tipos funcionais em comunidades bióticas; Preservação e manejo da biodiversidade.					
Referências básicas					
BEGON, M.; TOWNSEND, C. R.; HARPER, J. L. Ecologia de Indivíduos a Ecossistemas . 4.ed. Porto Alegre: Artmed. 2007. ODUM, E. P.; BARRETT, G. W. Fundamentos da Ecologia . 3.ed norte-americana. São Paulo: Cengage Learning. 2007. TOWNSEND, C. R.; BEGON, M.; HARPER, J. L. FundamentosemEcologia . 3.ed. Porto Alegre: Artmed. 2010.					
Referências complementares					
AVILA-PIRES, F. D. Fundamentos Históricos de Ecologia . Ribeirão Preto: Editora Holos. 1999. DAROZ, R. Princípios de Ecologia . 7 ed. Artmed. Porto Alegre. 2006 FUKOOKA, M. Agricultura natural: teoria e prática da filosofia verde . São Paulo: Nobel. 1995. PAULINO, R. W. Ecologia atual .6.ed. São Paulo: Ática, 2002. PINTO-COELHO, R. M. Fundamentos em Ecologia . Artmed: Porto Alegre. 2000.					

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL				
Disciplina	Metodologia do Trabalho Científico			Código	MTC
Classificação	<input checked="" type="checkbox"/>	Obrigatória	<input type="checkbox"/>	Optativa	
Carga horária semestral	40		Carga horária semanal	2	
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)				Código(s)	
Ementa					
Ciência e outras formas de conhecimento. Normas da ABNT: Estrutura e redação de textos científicos					

dissertativos: resumos, relatórios, resenhas, artigos científicos, TCCs. Práticas e estratégias de leitura e anotações. O método científico. Publicações científicas. Projeto de pesquisa: estrutura, formulação e delimitação.
Referências básicas
COSTA, M. A. F.; COSTA, M. F. B. Projeto de Pesquisa: entenda e faça. 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Metodologia Científica: Ciência e Conhecimento Científico, Métodos Científicos, Teoria, Hipóteses e Variáveis, Metodologia Jurídica. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011. MEDEIROS, J. B. Redação Científica: A Prática de Fichamentos, Resumos e Resenhas. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2013.
Referências complementares
ANDRADE, M. M. de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2010. CRESWELL, J.W. Projeto de Pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Magda Lopes. – 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. COSTA, M.A.F.; COSTA, M.F.B. Projeto de Pesquisa. 1.ed. 2011. FURASTÉ, P. A. Normas técnicas para o trabalho científico: Explicação das normas da ABNT. 15.ed. Porto Alegre, 2010. LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de Metodologia Científica. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL				
Disciplina	Leitura e Produção de Textos			Código	LPT
Classificação	<input checked="" type="checkbox"/>	Obrigatória	<input type="checkbox"/>	Optativa	
Carga horária semestral	40		Carga horária semanal	02	
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)				Código(s)	
Ementa					
Texto. Tipos textuais. Gêneros textuais. Caracterização do texto como unidade comunicativa. Textos acadêmicos: relatório, resumo e artigo. Textos técnicos: pareceres e laudos.					
Referências básicas					
ANDRADE, M. M.; HENRIQUES, A. Língua portuguesa: noções básicas para cursos superiores. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2010. FARACO, C. A. Prática de texto: para estudantes universitários. 16.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. GERALDI, J.W.(org.). O texto na sala de aula. São Paulo: Anglo, 2012.					
Referências complementares					
LOUSADA, E.; MACHADO, A. R.; TARDELLI, L. S. A. Resumo - Leitura e Produção de Textos Técnicos e Acadêmicos – 1. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. MARTINS, D. S.; ZILBERKNOP, L. S. Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT. 28.ed. São Paulo: Atlas, 2009. MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2.ed. São Paulo: Cortez, Brasília: Unesco, 2000. MOYSÉS, C. A. Língua portuguesa: atividades de leitura e produção de texto. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.					

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL				
Disciplina	Introdução à Gestão Ambiental			Código	IGA
Classificação	<input checked="" type="checkbox"/>	Obrigatória	<input type="checkbox"/>	Optativa	
Carga horária semestral	40		Carga horária semanal	2	
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)				Código(s)	
Ementa					
Tecnologia e Meio Ambiente. Os cursos de Tecnologia. Função social do Tecnólogo. Atuação do Tecnólogo em Gestão Ambiental. Problemas ambientais; Serviços ambientais; Recursos Naturais e Poluição; Desafios da Gestão Ambiental e Desenvolvimento Ecologicamente Sustentado.					
Referências básicas					
AGRA FILHO, S. S. Planejamento e Gestão Ambiental no Brasil. São Paulo: Campus, 2014.					

MACEDO, R. K. Ambiente e Sustentabilidade : Metodologias para gestão. São Paulo: LTC, 2015. ROSA, A. H.; FRACETO, L. F.; MOSCHINI-CARLOS, V. (org). Meio Ambiente e Sustentabilidade . Porto Alegre: Bookman, 2012.
Referências complementares
BARBIERI, J. C. Desenvolvimento e meio ambiente : as estratégias de mudanças da Agenda 21. 13.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. MAY, P. H (org). Economia do meio ambiente : teoria e prática. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. BENSUSAN, N. Conservação da biodiversidade : em áreas protegidas. Rio de Janeiro: FGV, 2006. PACHECO, E. M.; MORIGI, V. Ensino técnico, formação profissional e cidadania : a revolução da educação profissional e tecnológica no Brasil. Porto Alegre, RS: Tekne, 2012. PHILIPPI JR, A. et al. Curso de gestão ambiental . 2.ed. Barueri: Manole, 2004.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL		
Disciplina	Ética profissional e cidadania		Código EPC
Classificação	x	Obrigatória	Optativa
Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)			Código(s)
Ementa			
Ética, moral e condição humana. Ética, cidadania e o homem: o trabalhador e as organizações no mundo contemporâneo. O futuro da ética e da cidadania numa sociedade contraditória. Direitos humanos e diversidade. Relações étnico-raciais, história da cultura Afro-Brasileira, Indígena e Quilombola. Sustentabilidade. Justiça e igualdade social. Legislação profissional. Atribuições profissionais. Código de ética profissional.			
Referências básicas			
GUIMARÃES NETO, E. Educar pela sociologia : contribuições para a formação do cidadão. Belo Horizonte: RHJ, 2012. NALINI, J. R. Ética ambiental . Campinas, SP: Millennium, 2010. SANTOS, A. P. O. Ecopráticas na EPT : desenvolvimento, meio ambiente e sustentabilidade. Maceió, AL: Instituto Federal de Alagoas, 2011.			
Referências complementares			
ARON, R. As etapas do pensamento sociológico . São Paulo: Martins Fontes, 2008. DIMENSTEIN, G. O cidadão de papel : a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. São Paulo: Ática, 2003. CHARLOT, B. Da relação com o saber às práticas educativas . São Paulo: Cortez, 2013. LOUREIRO, C. F. B. Trajetória e fundamentos da educação ambiental . 4.ed. São Paulo: Cortez, 2012. PENA-VEGA, A. O despertar ecológico . Rio de Janeiro: Garamond, 2003. REISEWITZ, L. Direito ambiental e patrimônio cultural : direito a preservação da memória, ação e identidade do povo brasileiro. São Paulo, Juarez de Oliveira, 2004.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL		
Disciplina	Matemática Básica		Código MAB
Classificação	x	Obrigatória	Optativa
Carga horária semestral	60	Carga horária semanal	3
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)			Código(s)
Ementa			
Proporcionalidade: razão, proporção direta e inversa, regra de três simples e composta. Funções: do 1 Grau, 2º Grau, Exponencial e Logarítmica. Sequências. Matemática Financeira: porcentagem, juros e descontos.			
Referências básicas			
HOJI, M. Matemática Financeira - Didática, objetiva e prática. São Paulo: Atlas, 2016. MOORE, D. S.; NOTS, W. I.; FLIGNER, M. A. A estatística básica e sua prática . São Paulo: LTC, 2014. VILLAR, B. Matemática Básica : Teoria e treinamento prático. São Paulo: Método, 2013.			
Referências complementares			

BUIAR, C. L. **Matemática financeira**. São Paulo: Livro Técnico, 2009.
CRESPO, A. A. **Matemática Financeira Fácil**. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
IEZZI, G.; HAZZAN, S.; DEGENSZAJN, D. **Fundamentos de Matemática Elementar**, 2.ed. São Paulo: Atual, 2013.
LOPES, L. F.; CALLIARI, L. R. **Matemática Aplicada na Educação Profissional**, 1.ed. Curitiba: Base Editorial, 2010.
PITO, R. S. **Matemática Aplicada: Administração, Ciências Contábeis e Economia**. 1.ed. São Paulo: Martinari, 2009.

2.º Período

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL				
Disciplina	Saúde Pública e Saneamento			Código	SPS
Classificação	x	Obrigatória		Optativa	
Carga horária semestral	40		Carga horária semanal	2	
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)				Código(s)	
Ementa					
<p>Conceitos básicos: Saúde, doença, saneamento básico, saneamento ambiental, processo saúde doença. Relações entre saneamento, saúde pública e ambiente. Aplicações da epidemiologia na saúde pública. Doenças de veiculação hídrica. Indicadores de sustentabilidade, de saúde e saneamento básico. Doenças e medidas de controle de vetores. Políticas públicas relacionadas à saúde e ao saneamento.</p>					
Referências básicas					
<p>HELLER, L ; CASTRO, J. E. (Org.). Política pública e gestão de serviços de saneamento. 2.ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/ FioCruz, 2013.</p> <p>REY, L. Parasitologia : parasitos e doenças parasitárias do homem nos trópicos ocidentais. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.</p> <p>SILVA, L.F. Epidemiologia Ambiental: Fundamentos para Engenharia. São Paulo ElsevierSt, 2016.</p>					
Referências complementares					
<p>AGUIAR, R. V. Processos de saúde / doença e seus condicionantes. Curitiba, PR: Livro técnico, 2011.</p> <p>AMARAL, A. A. Controle e normas sanitárias. Curitiba, PR: Editora do Livro Técnico, 2011.</p> <p>BARROS, R. T. V. et al. Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios-volume II. Belo Horizonte: Escola de Engenharia da UFMG, 1995.</p> <p>GERMANO, P. M. L. Higiene e vigilância sanitária de alimentos: qualidade das matérias-primas, doenças transmitidas por alimentos, treinamento de recursos humanos. Barueri, SP: Manole, 2011.</p> <p>MEDRONHO, R. A.; BLOCH K. V; LUIZ R. R.; WERNECK G.L (eds.). Epidemiologia. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2009.</p>					

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL				
Disciplina	Estatística Básica			Código	ESB
Classificação	x	Obrigatória		Optativa	
Carga horária semestral	60		Carga horária semanal	3	
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)				Código(s)	
Ementa					
<p>Probabilidade. Conceitos básicos de estatística, distribuição de frequências, medidas de tendênciacentral, medidas de dispersão dos dados, noção de probabilidade normal e binomial.</p>					
Referências básicas					
<p>TIBONI, C. G. R. Estatística Básica: Para os cursos de administração, ciências contábeis, tecnólogos e de gestão. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>MORETTIN, P. A.; BUSSAB, W. O. Estatística Básica. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.</p> <p>FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A. Curso de Estatística. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p>					
Referências complementares					
<p>CRESPO, A. A. Estatística Fácil. 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>LEVINE, D.M.; BERENSON, M.L.; STEPHAN, D. 5.ed. Estatística: Teoria e aplicações - Usando Microsoft Excel em Português. Rio de Janeiro: LTC, 2012.</p> <p>MUCELIN, C. A. Estatística. Curitiba, PR: Editora do Livro Técnico, 2010.</p> <p>RIBEIRO JÚNIOR, J. I. Análises estatísticas no Excel: guia prático. Viçosa, MG: UFV, 2011.</p> <p>TOLEDO, G. L.; OVALLE, I. I. Estatística Básica. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p>					

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL				
Disciplina	Recursos Energéticos e Ambiente			Código	REA
Classificação	x	Obrigatória		Optativa	
Carga horária semestral	60		Carga horária semanal	3	
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)				Código (s)	
Ementa:					
Unidades e Medidas; Trabalho e Energia, Princípios da Mecânica dos fluidos; Termologia e suas aplicações; Termodinâmica; Eletrodinâmica; Energia Hidrelétrica; Energia Solar; Energia Eólica; Energia da Biomassa; Energia do Biogás; Fontes de Energia Renovável e Não-Renovável; Potencial Energético no Brasil; Demanda Nacional de Energia e política governamental para o setor; Responsabilidade ambiental das empresas de energia; Impactos Ambientais.					
Referências básicas:					
HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. Fundamentos de física. Volumes 1, 2 e 3. 9.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.					
HINRICHS, R. A.; KLEINBACK, M. Energia e Meio Ambiente. 3.ed. São Paulo, 2003.					
TIPLER, P. A. Física para cientistas e engenheiros: eletricidade e magnetismo, óptica. Volume 2. 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.					
Referências complementares:					
CORTEZ, L. A. B.; LORA, E. E. S.; OLIVARES GÓMEZ, E. (org.). Biomassa para energia. Campinas, SP: UNICAMP, 2008.					
MAY, P. H. (org.) Economia do meio ambiente: teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus, 2010.					
NETTO, A. G. e CRUZ, E. R. Experiência brasileira de pesquisa econômica em energia para o setor rural. Brasília: EMBRAPA, 2000.					
PERUZZO, J. Experimentos da física básica. 1.ed. São Paulo: Livraria da Física, 2012. Volumes 1, 2 e 3.					
SÓRIA, A. F. S. Eficiência energética. Curitiba, PR: Base, 2010.					

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL				
Disciplina	Química Orgânica e Ambiental			Código	QOA
Classificação	x	Obrigatória		Optativa	
Carga horária semestral	80		Carga horária semanal	4	
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)				Código(s)	
Ementa					
Funções, nomenclatura e propriedades: alcanos, alcenos, alcinos, álcoois, éteres, halogênios de alquila, compostos de enxofre, aminas, aldeídos, cetonas, ácidos carboxílicos, ésteres e compostos aromáticos. Estereoquímica: enantiômeros, mistura racêmica, quiralidade. Reações de alcenos, alcinos, e aromáticos. Reações de acidificação/alcalinização, precipitação, complexação e oxirredução no ambiente. Interações de produtos químicos no ambiente. Química da atmosfera, química da água e química do solo.					
Referências básicas					
ATKINS, P. Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. 5.ed. Porto Alegre Bookman, 2012.					
BAIRD, C. Química Ambiental. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.					
SOLOMONS, T.W.G.; FRYHLE, C.B. Química Orgânica. Volumes 1 e 2. 10.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.					
Referências complementares					
ANDRÉ, M.E.M. Curso de Química: Química orgânica - Caderno de Experimentos. v 3. São Paulo: Editora Ática, 2010.					
BARBOSA, L.C.A. Introdução a Química Orgânica. 2.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2011.					
BRUICE, P.Y. Química Orgânica. v.2. 4.ed. São Paulo: Pearson, 2006.					
MCMURRY, J. Química Orgânica – Combo. 6.ed. São Paulo: Editora Thomson, 2005.					
MORRISON, R.T. Química orgânica. 13.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1996.					

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL				
Disciplina	Climatologia Básica			Código	CBA
Classificação	x	Obrigatória		Optativa	
Carga horária semestral	40		Carga horária semanal	2	
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)				Código(s)	
Ementa					
Definição de Tempo (Meteorologia) e Clima (Climatologia); Instrumentação em estação meteorológica; Elementos e Fatores Climáticos; Atmosfera terrestre: composição, massa e estrutura; Massas de ar e frentes; tipos de precipitação; Classificação climática do mundo; Tipos de clima do Brasil; Interações entre o clima e o homem; Mudanças climáticas em escala global e local.					
Referências básicas					
AYOADE, J. O. Introdução à Climatologia Para os Trópicos . 16.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.					
LIMIRO, D. Créditos de carbono : protocolo de Kioto e projetos de MDL. Curitiba, PR: Juruá, 2012.					
MENDONÇA, F.; OLIVEIRA-DANNI, I. M. Climatologia : Noções Básicas e Climas do Brasil. São Paulo: Oficina de textos, 2011.					
Referências complementares					
BARBIERI, J. C. Desenvolvimento e meio ambiente : as estratégias de mudanças da Agenda 21. 13.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.					
BUCKERIDGE, M. S.(org.). Biologia e mudanças climáticas no Brasil . São Carlos, SP: RIMA, 2008.					
CAVALCANTI, I. F. A. [et al.]. Tempo e Clima no Brasil . São Paulo: Oficina de textos, 2009.					
FERRETTI, E. Geografia em ação : práticas em climatologia. Curitiba, PR: Aymar, 2012.					
MOTA, F. S. Meteorologia agrícola . 7.ed. São Paulo: Nobel, 1983.					

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL				
Disciplina	Legislação Ambiental			Código	LAM
Classificação	x	Obrigatória		Optativa	
Carga horária semestral	60		Carga horária semanal	3	
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)				Código(s)	
Ementa					
Direito ambiental e seus princípios informadores, meio ambiente natural e artificial; Meio ambiente e a Constituição Federal; legislações ambientais; Sistema Nacional do Meio Ambiente; Competências legislativas e executivas; Infrações administrativas; crimes ambientais, Código florestal; Formas de proteção da flora, fauna e recursos hídricos; Responsabilidade; Biotecnologia, Direito Tributário.					
Referências básicas					
AMADO, F. Legislação comentada para concursos - Ambiental . São Paulo: Método, 2015.					
ANTUNES, P. B. Manual de direito ambiental : discussão de casos para cursos universitários com provas de concursos. 3.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.					
SETTE, M. T. D. Manual de Direito Ambiental . Paraná: Editora Juruá. 3.ed. 2014.					
Referências complementares					
ALMEIDA, J. R. de. Gestão ambiental para o desenvolvimento sustentável . Rio de Janeiro: Thex, 2012.					
BARBIERI, J. C. Desenvolvimento e meio ambiente : as estratégias de mudanças da Agenda 21. 13.ed. Petrópolis, RJ: Editora vozes, 2011.					
LISBOA, C. P. KINDEL, E. A. I.(org.). Educação ambiental : da teoria à prática. Porto Alegre, 2012.					
MACHADO, P. A. L. Direito ambiental brasileiro . 18ed. São Paulo: Malheiros, 2010.					
MILLER JR., G. T. Ciência ambiental . 11.ed. São Paulo: Thomson, 2012.					

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL				
Disciplina	Solos e Meio Ambiente			Código	SMA
Classificação	x	Obrigatória		Optativa	
Carga horária semestral	60		Carga horária semanal	3	
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)				Código(s)	
Ementa					

Rochas e mineralogia; formação, composição; perfil e horizontes; propriedades físicas, químicas e biológicas do solo; classes e aptidão de solos amazônicos e do cerrado; biota e qualidade do solo; organismos edáficos; manejo e processos de conservação.
Referências básicas
GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S.; BOTELHO, R. G. M.(org.) Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. LEPSCH, I. F. 19 lições de pedologia. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. SANTOS, H. G. [et al.]. Sistema brasileiro de classificação de solos. 3.ed. Brasília, DF: EMBRAPA, 2013.
Referências complementares
KER, J.C.; RESENDE, M. CURI, N. et al. Mineralogia de solos brasileiros: interpretação e aplicação. 2.ed Lavras: UFLA, 2011. KER, J.C.; CURI, N.; SCHAEFER, C.E.R. & TORRADO, P.V., eds. Pedologia: Fundamentos. Viçosa, MG, Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2012. LEPSCH, I.F. Formação e conservação dos solos. 2.ed.São Paulo: Oficina de Textos, 2010. MELO, V.F.; ALLEONI, L.R.F. Química e mineralogia do solo. Vol. 1. Viçosa: SBCS, 2009. OLIVEIRA, J.B. Pedologia aplicada. 4.ed.Piracicaba: FEALQ, 2008.

3.º Período

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL				
Disciplina	Cartografia Ambiental			Código	CAR
Classificação	x	Obrigatória		Optativa	
Carga horária semestral	60		Carga horária semanal	3	
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)				Código(s)	
Ementa					
Introdução a cartografia ambiental, coordenadas geográficas, projeções cartográficas, escalas, convenções cartográficas, funções de legenda, métodos de representação na cartografia temática, cartografia e análise ambiental, investigação ambiental através de mapas, uso do GPS aplicado ao estudo do meio ambiente.					
Referências básicas					
CAVALCANTI, L. C. S. Cartografia de Paisagens – Fundamentos. 1.ed. São Paulo, Editora Signer, 2014. TULER, M, SARAIRA, S. Fundamentos de Geodésia e Cartografia. 1.ed. São Paulo, Bookman, 2015. MENEZES, P. M. L, FERNANDES, M. C. Roteiro de Cartografia. 1.ed. São Paulo, Oficina de Textos, 2014.					
Referências complementares					
ALMEIDA, R. D. Cartografia Escolar. São Paulo: Contexto, 2007. FITZ, P. R. Cartografia básica. São Paulo: Oficina de texto, 2008. BLASCHKE, T.(org.). Sensoriamento remoto esig avançados: novos sistemas sensores. São Paulo: Oficina de textos, 2011. RAMOS, C. S. Visualização cartográfica e cartografia multimídia. São Paulo: UNESP, 2005. ZUQUETTE, L. V.; GANDOLFI, N. Cartografia Geotécnica. São Paulo: Oficina de texto, 2004.					

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL				
Disciplina	Elementos da Administração			Código	EAD
Classificação	x	Obrigatória		Optativa	
Carga horária semestral	60		Carga horária semanal	3	
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)				Código(s)	
Ementa					
Administração como ciência e como prática. Conceitos de administração e organização. Diferenças entre eficiência e eficácia. Principais funções da administração. Conceitos e Objetivos de Gestão de					

Pessoas. Principais Ferramentas Gerenciais. Introdução à Gestão de Processos. Introdução à Gestão de Projetos.
Referências básicas
CHIAVENATO, I. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações . 4.ed. São Paulo: Manole, 2014.
CHIAVENATO, I. Introdução a Teoria geral da Administração . 9.ed. rev. São Paulo: Manole, 2014.
GONÇALVES, C. P. Métodos e técnicas administrativas . 1.ed. Curitiba : Livro Técnico, 2011.
Referências complementares
GHADIRI, D. P.; DAVEL, E.; VERGARA, S. C. Administração com Arte: Experiências Vividas de Ensino-Aprendizagem . São Paulo: Atlas, 2007.
MAXIMINIANO, A.C.A. Introdução à Administração . 8.ed. São Paulo: Atlas, 2011.
MAXIMINIANO, A.C.A. Administração de Projetos: como transformar ideias em resultados . 4.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
MEIRELES, M. Ferramentas Administrativas para identificar, observar e analisar problemas: organizações com foco no cliente . São Paulo: Arte e Ciência, 2001.
SOBRAL, F.; PECI, A. Administração: teoria e prática no contexto brasileiro . São Paulo: Pearson Pretentice Hall, 2008.

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL				
Disciplina	Emissões Atmosféricas			Código	EAT
Classificação	x	Obrigatória		Optativa	
Carga horária semestral	40		Carga horária semanal	2	
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)				Código(s)	
Ementa					
A atmosfera como unidade de estudo; Histórico da poluição atmosférica; Principais atividades antrópicas relacionadas à poluição do ar; Principais poluentes atmosféricos, suas origens e consequências; Problemas locais e globais referentes a poluição atmosférica e suas consequências. Índices de qualidade do ar; técnicas e parâmetros de avaliação e monitoramento da poluição atmosférica; Métodos de minimização da poluição; Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, resolução N° 003 e 436.					
Referências básicas					
DAVIS, M. L. Princípios de Engenharia Ambiental . 3.ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2016.					
DERISIO, J. C. Introdução ao Controle de Poluição Ambiental . 4.ed. Oficina de Textos, 2012.					
GUIMARÃES, C. de S. Controle e Monitoramento de Poluentes Atmosféricos . Elsevier Acadêmico, 2016.					
Referências complementares					
LIMIRO, D. Créditos de carbono: protocolo de Kioto e projetos de MDL . Curitiba: Juruá Ed., 2012.					
MORAN, M. J. Princípios de termodinâmica para engenharia . 6.ed. Rio de Janeiro: LTC Ed., 2012.					
AYOADE, J. O. Introdução a climatologia para os trópicos . 16.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.					
LENZI, E. Introdução à química da atmosfera: ciência, vida e sobrevivência . Rio de Janeiro: LTC, 2012.					
MENDONÇA, F. Climatologia: noções básicas e climas do Brasil . São Paulo: Oficina de Textos, 2011.					

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL				
Disciplina	Química Analítica Aplicada			Código	QAA
Classificação	x	Obrigatória		Optativa	
Carga horária semestral	60		Carga horária semanal	3	
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)				Código(s)	
Ementa					
Revisão de conceitos básicos. Introdução à química analítica. Equilíbrio ácido-base. Equilíbrio com formação de precipitados. Equilíbrio de formação de complexos. Equilíbrio na oxidação redução. Introdução aos métodos de análise química.					
Referências básicas					
BACCAN, N.; ANDRADE, J.C.; GODINHO, O.E.S et al. Química Analítica Quantitativa Elementar . 3.ed. Revista, ampliada e reestruturada. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.					
HIGSON, S.P.J. Química Analítica . São Paulo: Mcgraw Hill, 2009.					
LEITE, F. Práticas de Química Analítica . Campinas: Alínea, 2012.					
Referências complementares					
ATKINS, P. Físico-química: Fundamentos . 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.					
ATKINS, P.; PAULA, J. Físico-química . v. 1. 8.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.					
_____. v. 2. 8.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.					
BALL, D. W. Físico-química . v.1. São Paulo: Thomson, 2013.					
MUELLER, H.; SOUZA, D. Química Analítica Qualitativa Clássica . Blumenau: EDIFURB, 2012.					

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL				
Disciplina	Gestão de Recursos Hídricos			Código	GRH
Classificação	x	Obrigatória		Optativa	
Carga horária semestral	60		Carga horária semanal	3	
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)				Código(s)	
Ementa					
Ciclo hidrológico. Efeito de cargas poluidoras sobre os ecossistemas aquáticos. Bacia hidrográfica. Hidrograma. Balanço Hídrico. Elementos de hidrogeologia. Coleta e análise de dados hidrológicos. Gerenciamento integrado de recursos hídricos. Política Nacional de Recursos Hídricos. Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Planejamento e manejo dos recursos hídricos.					
Referências básicas					
REBOUÇAS, A. C.; Braga, B.; Tundisi, J. G. (Org.). Água Doce no Mundo e no Brasil: capital ecológico, uso e conservação . 4.ed. São Paulo: Escrituras, 2015.					
COELHO, R. M. P.; HAVENS, K. Gestão de Recursos Hídricos em Tempos de Crise . Porto Alegre, RS: Artmed, 2016.					
POLETO, C. (org.). Bacias Hidrográficas e Recursos Hídricos . Rio de Janeiro: Interciência, 2014.					
Referências complementares					
ANTUNES, P. B. Direito ambiental . 12.ed rev. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.					
BRANCO, S. M. Água: uso origem e preservação . 2.ed reform. Moderna: São Paulo, 2005.					
MAY, P. H. (org.) Economia do meio ambiente: teoria e prática . Rio de Janeiro: Campus, 2010.					
VALENTE, O. F. Conservação de nascentes: hidrologia e manejo de bacias hidrográficas de cabeceira . Viçosa: Aprenda Fácil, 2005.					
TUCCI C.E.M. Hidrologia ciência e aplicação . 2.ed. ABRH-Edusp: Porto Alegre, 2000.					

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL				
Disciplina	Microbiologia Ambiental			Código	MAM
Classificação	x	Obrigatória		Optativa	
Carga horária semestral	60		Carga horária semanal	3	
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)				Código(s)	
Ementa					
Microrganismos na atmosfera (origem, morfologia, fisiologia e principais grupos); Fatores que afetam o desenvolvimento dos microrganismos; Diversidade e distribuição (solo, água e ar); Papel dos microrganismos nos ciclos dos elementos; Microrganismos e poluição: Microrganismos causadores de					

poluição, Poluição e danos à microbiota, Utilização dos microrganismos no controle da poluição; Indicadores Microbianos: Indicadores de Fertilidade, Indicadores de qualidade de água e patogênicos, Indicadores de qualidade do ar e patogênicos, Indicadores de qualidade do solo e patogênicos; Técnicas laboratoriais utilizadas em análises microbiológicas voltadas para o estudo dos microrganismos na água, no ar e no solo.

Referências básicas

BLACK, J. G. **Microbiologia**: Fundamentos e Perspectivas. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

TORTORA, G. J.; BERDELL R. F.; CASE, C. L.; **Microbiologia**. Porto Alegre: Artmed. 10.ed. 2012.

TRABULSI, L. R. L. ALTERTHUM, Flávio. **Microbiologia**. 5.ed. São Paulo: Atheneu. 2008.

Referências complementares

BERGAMIN FILHO, A.; KIMATI, K.; e AMORIM, L. **Manual de fitopatologia**. 4.ed. São Paulo: Ceres. 2011.

NEDER, R. N. **Microbiologia**: manual de laboratório. São Paulo: Nobel, 2000.

HARVEY, R. A.; CHAMPE, Pamela C.; FISHER, Bruce D. **Microbiologia Ilustrada**.2.ed. Porto Alegre-RS: Artmed, 2008.

PELCZAR, M. J.; CHAN, E. C. S.; e KRIEG, N. R. **Microbiologia: conceitos e aplicações**. V 1. São Paulo: Makron Books, 1997.

PELCZAR, M. J.; CHAN, E. C. S.; e KRIEG, N. R. **Microbiologia: conceitos e aplicações**. V 2. São Paulo: Makron Books, 1997.

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL				
Disciplina	Recuperação de Áreas Degradadas			Código	RAD
Classificação	x	Obrigatória		Optativa	
Carga horária semestral	60		Carga horária semanal	3	
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)				Código(s)	
Ementa					
Causas da degradação e práticas de controle; o processo de degradação ambiental; recuperação de áreas degradadas; matéria orgânica do solo e reações; atividades degradadoras; prevenção e controle de processos erosivos e recuperação de áreas degradadas; tecnologia de revegetação na RAD; planos de RAD; legislação pertinente.					
Referências básicas					
GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S.; BOTELHO, R. G.M. Erosão e conservação dos solos : conceitos, temas e aplicações. 8.ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil: 2012.					
GUERRA, A. J. T.; JORGE, M. C. O. Processos erosivos e recuperação de áreas degradadas . São Paulo: Oficina de textos, 2013.					
SANCHES, P.M. De Áreas Degradadas a Espaços Vegetados . São Paulo: Senac de textos, 2014.					
Referências complementares					
ARAÚJO, G. H. S. Gestão ambiental de áreas degradadas . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.					
CASTRO, C. de, LIMA, J. Manejo ambiental e restauração de áreas degradadas . 2.ed. São Paulo: Fundação Cargil, 2010.					
FERREIRA, L. R.; OLIVEIRA NETO, S. N. Curso integração lavoura, pecuária e eucalipto . Viçosa, MG: Centro de Produções Técnicas, 2011.					
PEREIRA, A. R. Como selecionar plantas para áreas degradadas e controle de erosão . 2.ed. rev. Belo Horizonte, MG: Editora FAPI, 2008.					
VALENTE, O. F.; GOMES M. A. Conservação de Nascentes - Hidrologia e Manejo de Bacias Hidrográficas de Cabeceiras. Aprenda Fácil Editora Ltda, 2005.					

4.º Período

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL				
Disciplina	Sistemas de Gestão Integrada			Código	SGI
Classificação	x	Obrigatória		Optativa	
Carga horária semestral	60		Carga horária semanal	3	
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)				Código(s)	
Ementa					
Sistemas de gerenciamento da qualidade - SGQ, ISO 9000. Certificação e avaliação de sistemas da qualidade – ISO 9001: Normas para gerenciamento da qualidade; Fases de implantação. Sistemas de Gestão Ambiental – principais normas da Série ISO 14000. Certificação e avaliação de Sistemas da Gestão Ambiental – SGA, ISO 14001; Pré-requisitos para implantação; Fases de implantação; Vantagens e contextualização atual. Mecanismos de Produção mais limpa.					
Referências básicas					
ASSUMPÇÃO, L. F. J. Sistema de Gestão Ambiental: Manual Prático Para Implementação de SGA e Certificação ISO 14.001. 3.ed. Curitiba, PR: Juruá, 2011.					
CARVALHO, M. M.; PALADINI, E. P. (coord.) Gestão da qualidade: teoria e casos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.					
BERTI, A. Manual de elaboração & análise de projeto econômico. Curitiba, PR: Juruá, 2013.					
Referências complementares					
BARBIERI, J. C. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.					
COLETO, A. C. Legislação e organização empresarial. Curitiba, PR: Editora do Livro Técnico, 2010.					
GONÇALVES, C. P. Métodos e técnicas administrativas. Curitiba, PR: Editora do Livro Técnico, 2011.					
PALADINI, E. P. Gestão estratégica da qualidade: princípios, métodos e processos. São Paulo: Atlas, 2009.					
MELLO, C. H. P. ISO 9001:2000: sistema de gestão da qualidade para operações de produção de serviços. São Paulo: Atlas, 2007.					

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL				
Disciplina	Educação Socioambiental			Código	ESA
Classificação	x	Obrigatória		Optativa	
Carga horária semestral	60		Carga horária semanal	3	
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)				Código(s)	
Ementa					
Conceituações sobre Educação socioambiental, sustentabilidade, meio ambiente; A função social do educador ambiental; Políticas públicas brasileiras sobre a Educação socioambiental; A questão ambiental no mundo globalizado; A Educação socioambiental em ambientes formais e não formais; Estratégias, métodos e técnicas de ensino para a Educação Socioambiental; Meio ambiente e qualidade de vida; Elaboração de projetos socioambientais; Práticas de Educação socioambiental no contexto da região amazônica, considerando relações Indígenae Quilombola.					
Referências básicas					
CARVALHO, I. C. M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2012.					
DIAS, G. F. Educação Ambiental: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2013.					
PINOTTI, R. Educação ambiental para o século XXI: no Brasil e no mundo. 2.ed. São Paulo: Blücher, 2016.					
Referências complementares					
BARBIERI, J. C. Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21. 13.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.					
LISBOA, C. P.; KINDEL, E. A. I. (org.). Educação ambiental: da teoria à prática. Porto Alegre, RS: Mediação, 2012.					
PHILIPPI JR., A.; PELICIONI, M.C.F. Educação ambiental e sustentabilidade. São Paulo: Manole, 2005.					
RUSCHEINSKY, A.(org.). Educação ambiental: abordagens múltiplas. Porto Alegre, RS: Artmed,					

2002.

SATO, M.; CARVALHO, I. **Educação Ambiental: Pesquisa e desafios**. RS: Artmed, 2005.

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL				
Disciplina	Tratamento de Água			Código	TAG
Classificação	x	Obrigatória		Optativa	
Carga horária semestral	40		Carga horária semanal	2	
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)				Código(s)	
Ementa					
Poluição das águas. Tipos, fontes e danos causados pela poluição. Padrões e parâmetros físico, químico e biológicos da água. Potabilidade da água. Águas para abastecimento público. Técnicas de tratamento de águas para fins de potabilização. Lodos de Estações de Tratamento de Água.					
Referências básicas					
DI BERNARDO, L.; DANTAS, A. B.; Voltan, P. E. N. Tratabilidade de Água e dos Resíduos Gerados em Estações de Tratamento de Água . São Carlos, SP: LDiBeLtda, 2011.					
DI BERNARDO, L.; Paz, L. P. S. Seleção de Tecnologias de Tratamento de Água . Volumes 1 e 2. São Carlos, SP: Editora Cubo, 2007.					
RICHTER, C. A. Água: Métodos e Tecnologia de Tratamento . São Paulo: Blucher, 2009.					
Referências complementares					
BARROS, R. T. V. et al. Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios . Volume II. Belo Horizonte: Escola de Engenharia da UFMG, 1995.					
BRAGA, B. et al. Introdução a engenharia ambiental: o desafio do desenvolvimento sustentável . 2.ed. Pearson Prentice Hall, 2005.					
BRANCO, S. M. Água: uso origem e preservação . 2.ed.reform. Moderna: São Paulo, 2005.					
FELLENBERG, G. Introdução aos problemas da poluição ambiental . São Paulo: EPU, 2013.					
SILVA, N. [et al.]. Manual de métodos de análise microbiológica de alimentos e água . São Paulo: Varela, 2010.					

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL				
Disciplina	Geoprocessamento Ambiental			Código	GEA
Classificação	x	Obrigatória		Optativa	
Carga horária semestral	80		Carga horária semanal	4	
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)				Código(s)	
Cartografia ambiental					
Ementa					
Fundamentos de geoprocessamento e sistema de informação geográfica - SIG, componentes de um SIG, características de um SIG, estrutura de dados no SIG, tipos de dados espaciais, atributos de dados espaciais, aquisição e conversão de dados em geoprocessamento, armazenamento de dados em SIG, análise de dados espaciais em SIG, noções de sensoriamento remoto ambiental, modelagem numérica de terreno aplicada a análise ambiental, metodologias para análise ambiental com uso do geoprocessamento.					
Referências básicas					
BLASCHKE, T.; KUX, H. Sensoriamento remoto e SIG avançados . 2.ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.					
BILENKI JÚNIOR, C.; BARBASSA, A. P. Geoprocessamento e Recursos Hídricos . São Carlos, SP: EdUFScar, 2012.					
SILVA, J.X.; Z Aidan, R.T. Geoprocessamento e análise ambiental: Aplicações . 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 363p.					
Referências complementares					
CHRISTOFOLETTI, A. Modelagem de sistemas ambientais . São Paulo: E. Blücher, 1999.					
NOVO, E. M. L. M. Sensoriamento remoto: princípios e aplicações . 4.ed. São Paulo: E. Blücher, 2010.					
FLORENZANO, T. G. Iniciação em sensoriamento remoto . 2.ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.					
MOREIRA, M. A. Fundamentos do Sensoriamento Remoto . Viçosa, MG: Editora UFV, 2011.					
PONZONI, F. J.; SHIMABUKURO, Y. E.; KUPLICH, T. M. Sensoriamento remoto da vegetação . 2.ed. São José dos Campos, SP: Parêntese, 2012.					

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL				
Disciplina	Gestão de Resíduos Sólidos			Código	GRS
Classificação	x	Obrigatória		Optativa	
Carga horária semestral	60		Carga horária semanal	3	
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)				Código(s)	
Ementa					
Produção de resíduos sólidos e impactos ambientais associados. Origem, definição e caracterização dos resíduos sólidos. Acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos. Recuperação e valorização dos resíduos sólidos. Política Nacional de Resíduos Sólidos e aspectos legais relacionados.					
Referências básicas					
FELLENBERG, G. Introdução aos problemas da poluição ambiental . São Paulo: EPU, 2013. MANZANO, J. A. N. G. Resíduos Sólidos. Impactos, Manejo e Gestão Ambiental . São Paulo: Érica, 2014 SILVA FILHO, C. R. V. Gestão De Resíduos Sólidos:O Que Diz A Lei . 2.ed. São Paulo: Trevisan, 2013.					
Referências complementares					
LOUREIRO, C. F. B.(org.). Gestão pública do ambiente e educação ambiental: caminho e interfaces . São Carlos, SP: RiMa, 2012. FERREIRA, A. B. de B. Gestão e Gerenciamento de Resíduos Sólidos . Direitos e Deveres. Lumen Juris, 2013. BARROS, R. M. Tratado Sobre Resíduos Sólidos - Gestão, Uso e Sustentabilidade . Interciência, 2013. BECHARA, E. Aspectos Relevantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei Nº 12.305 . Atlas, 2013. PHILIPPI JUNIOR, A.; BRUNA, G. C.; ROMERO, M. A. Curso de Gestão Ambiental . Barueri, SP: Manole, 2004.					

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL				
Disciplina	Técnicas de Elaboração de Projetos			Código	TEP
Classificação	x	Obrigatória		Optativa	
Carga horária semestral	40		Carga horária semanal	2	
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)				Código(s)	
Ementa					
Leitura e síntese de texto técnico-científico. Estrutura de trabalho acadêmico. Projeto de pesquisa científica.					
Referências básicas					
YIN, R.K. Estudo de caso: planejamento e métodos . Porto Alegre: Bookman, 2010. GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa . 5.ed. São Paulo: Atlas. 2010. LAKATOS, E.M. Fundamentos de metodologia científica . 7.ed. Atlas: São Paulo, 2010.					
Referências complementares					
CONSALTER, M.A.S. Elaboração de projetos: da introdução à conclusão . Curitiba: IBPEX, 2006. FAULSTICH, E. L.J. Como ler, entender e redigir um texto . Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. MEDEIROS, J. B. Redação Científica: A Prática de Fichamentos, Resumos e Resenhas . 11.ed. São Paulo: Atlas, 2013. OLIVEIRA, J. L. Texto acadêmico: técnicas de redação e de pesquisa científica . Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. SEVERINO, A.J. Metodologia do trabalho científico . 23.ed. São Paulo: Cortez. 2007.					

5.º Período

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL		
Disciplina	Planejamento do espaço urbano	Código	PEU
Classificação	x	Obrigatória	Optativa
Carga horária semestral	60	Carga horária semanal	3
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)			Código(s)
Ementa			
Noções conceituais sobre a cidade, urbano e urbanização, capitalismo industrial e o processo urbano, os agentes produtores do espaço urbano, o solo urbano e seus múltiplos usos, processo, forma, estrutura e função do espaço urbano, a urbanização brasileira; rede urbana, cidade e meio ambiente; ordenamento territorial ambiental urbano, procedimentos para elaboração de plano diretor. plano diretor de desenvolvimento urbano ambiental			
Referências básicas			
BUENO, L. M. M.; CYMBALISTA, R. Plano diretor municipal . São Paulo:Annblume, 2007. 290p SANTOS, N. A urbanização desigual . 3.ed. São Paulo: EDUSP, 2010. 144p. _____ Manual de geografia urbana . 3.ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 232p			
Referências complementares			
FELLENBERG, G. Introdução aos problemas da poluição ambiental . São Paulo: EPU, 2013. LISBOA, C. P.; KINDEL, E. A. I. (org.). Educação ambiental: da teoria à prática . Porto Alegre, RS: Mediação, 2012. LOUREIRO, C. F. B.(org.). Gestão pública do ambiente e educação ambiental: caminho e interfaces . São Carlos, SP: RiMa, 2012. SOUZA, Marcelo Lopes, O Desafio metropolitano: Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. SHIFFER, R. S.; DEÁK, C. Processo de urbanização no Brasil . São Paulo: EDUSP, 2004. 352p.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL		
Disciplina	Licenciamento e Avaliação de Impactos Ambientais	Código	LAI
Classificação	x	Obrigatória	Optativa
Carga horária semestral	80	Carga horária semanal	4
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)			Código(s)
Ementa			
Licenciamento ambiental em todas as esferas. Conceituação de impactos ambientais. Histórico e evolução dos EIA/RIMA. Avaliação de impactos ambientais no Brasil. Política e legislação do EIA/RIMA. Critérios para seleção e licenciamento dos projetos. Competência dos órgãos federais, estaduais e municipais nos EIA/RIMA. Estrutura dos EIA/RIMA, PCA e RCA. Termo de Referência. Valorações e qualificações dos impactos ambientais em ecossistemas terrestres. Caracterização e avaliações dos impactos ambientais nos meios físico, biótico, cultural e sócio-econômico. Medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos ambientais. Elaboração e Análise dos EIA/RIMA, PCA e RCA. Audiências Públicas dos EIA/RIMA. Estudos de casos de EIA/RIMA, PCA e RCA. Plano de Controle Ambiental — PCA. EIA — Estudo de Impacto Ambiental; e RIMA — Relatório de Impacto no Meio Ambiente.			
Referências básicas			
CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T.(org.). Avaliação e perícia ambiental . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. FARIAS,T. Licenciamento Ambiental - Aspectos Teóricos e Práticos . 5.ed. Fórum, 2015. SANCHEZ, L. H. Avaliação de Impactos Ambientais: conceitos e métodos . São Paulo: Oficina de textos, 2008.			
Referências complementares			
LIMIRO, D. Créditos de carbono: protocolo de Kioto e projetos de MDL . Curitiba: Juruá Ed, 2012. MACHADO,P. A. L.; SARLET, I. W.; FENSTERSEIFER, T. Constituição e Legislação Ambiental Comentadas . São Paulo: Saraiva, 2015. MILLER JR., G. T. Ciência Ambiental . São Paulo: Cengage Learning, 2012. SAROLDI, M. J. L. A. Perícia ambiental e suas áreas de atuação . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.			

SILVA, J. X.; Z AidAN, R. T. **Geoprocessamento e Análise Ambiental**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL		
Disciplina	Tratamento de Efluentes		Código TEF
Classificação	x	Obrigatória	Optativa
Carga horária semestral	60	Carga horária semanal	3
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)			Código(s)
Ementa			
Minimização da produção de efluentes. Caracterização físico-química e biológica das águas residuárias. Características e padrões de lançamento de efluentes, com ênfase ao esgoto sanitário. Classificação das águas no território nacional. Tratamento preliminar, primário e secundário de esgotos. Potencialidades para reuso das águas residuárias. Tratamento e destinação final lodo.			
Referências básicas			
METCALF, L.; EDDY H. P. Tratamento de Efluentes e Recuperação de Recursos . McGraw-Hill, 2016.			
NUVOLARI, A. et. al. Esgoto Sanitário . 2.ed. São Paulo: Edgard Blucher. 2011.			
VON SPERLING, M. Introdução à qualidade de água e tratamento de esgotos . 4.ed. Belo Horizonte: UFMG, 2014.			
Referências complementares			
JORDÃO, E.P.; PESSOA, C.A. Tratamento de Esgotos Domésticos . 7.ed. ABES, 2011.			
TELLES, D. A.; COSTA, R, H. P.G. Reúso da água: conceitos, teorias e práticas . 2.ed. São Paulo: Blucher, 2010.			
SANTANNA JR, G. L. Tratamento Biológico de Efluentes: Fundamentos e Aplicações . Interciência, 2010.			
VON SPERLING, M. Princípios básicos do tratamento de esgotos . Belo Horizonte: UFMG, 1996.			
VON SPERLING, M. Lodo de esgotos: tratamento e disposição final I . Belo Horizonte: UFMG, 2001.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL		
Disciplina	Empreendedorismo		Código EMP
Classificação	x	Obrigatória	Optativa
Carga horária semestral	60	Carga horária semanal	03
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)			Código(s)
Não há			
Ementa			
Introdução ao Empreendedorismo — conceitos centrais. O que é empreendedorismo? O que é ser um empreendedor? Iniciativa e inovação. Perfil, características e competências dos empreendedores. Empreendedorismo no Brasil e no Mundo. Fontes de novas ideias. Oportunidades de negócios sustentáveis. Os segmentos aptos ao surgimento de negócios sustentáveis. Marketing verde. A Logística Reversa: fonte de novos negócios. Os 3R's da sustentabilidade. Certificações Ambientais: um nicho de mercado. Negócios sustentáveis: segmento de eletroeletrônicos, segmento da construção civil, produção de energia renovável (limpa) e resíduos residenciais. Crédito de carbono: a moeda de troca sustentável. O processo de empreender – criação da ideia até o gerenciamento e controle do negócio. As 4 fases do empreendedorismo. Barreiras e armadilhas que ameaçam os negócios dos empreendedores.			
Referências básicas			
COLETO, A. C. Legislação e organização empresarial . Curitiba: Livro técnico, 2010.			
GAUTHIER, F. A. Empreendedorismo . Curitiba: Livro técnico, 2010.			
MAXIMIANO, A. C. A. Administração para empreendedores: [fundamentos da criação e da gestão de novos negócios] . 2.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.			
Referências complementares			
BRITTO, F; WEVER, L. Empreendedores brasileiros: vivendo e aprendendo com grandes nomes . 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.			
COVEY, S.R. Os 7 hábitos de pessoas altamente eficazes . 30.ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2007.			
DORNELAS, J.C.A. Empreendedorismo na prática: mitos e verdades do empreendedor de sucesso .			

Rio de Janeiro: Campus, 2007.
 FRIEND, G. **O segredo das empresas sustentáveis: a vantagem das estratégias 'verdes'**. Coleção Desafio. Lisboa/Portugal: Edições Centro Atlântico, 2009.
 GARCIA, L.F. **O perfil de quem se destaca sempre**. São Paulo: Editora Gente, 2003.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL		
Disciplina	Auditoria Ambiental		Código ACA
Classificação	x	Obrigatória	Optativa
Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)			Código(s)
Ementa			
<p>Conceitos de auditoria ambiental. Referências normativas. Tipos e princípios de auditoria. Pré-auditoria, auditoria de Sistemas de Gestão Ambiental, pós-auditoria. Formação de auditores. Equipe de auditoria: funções e responsabilidades. Diretrizes, escopo, planejamento, recursos, procedimentos, protocolo, condução e registros de Auditoria Ambiental. Programa de auditorias ambientais. Exemplos de Aplicação da auditoria ambiental.</p>			
Referências básicas			
<p>CUNHA, S. B. de; GUERRA, A. J. T. (org.) Avaliação e Perícia Ambiental. 10.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. LINS, L. S. Introdução a Gestão Ambiental e Empresarial: Abordando Economia, Direito, Contabilidade e Auditoria. São Paulo: Atlas, 2015. OLIVEIRA, C. M. Diretrizes de Auditoria Ambiental. 1.ed. São Carlos: EDUFSCAR, 2015.</p>			
Referências complementares			
<p>ASSUMPCAO, L. F. J. Sistema de Gestão Ambiental: Manual Prático Para Implementação de SGA e Certificação ISO 14.001. 2.ed. Curitiba-PR: Juruá, 2007. BARBIERI, J. C. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2011. CAMPOS, L. M. S.; LERIPIO, A. A. Auditoria ambiental. São Paulo: Atlas, 2009. LA ROVERE, E. L.; D'AVIGNON, A. (coord.). Manual de auditoria ambiental. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 2001. PHILIPPI JR., A.; ROMERO, M. A.; BRUNA, G. C. Curso de Gestão Ambiental. Barueri, SP: Manole, 2004.</p>			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL		
Disciplina	Gestão de Unidades de Conservação		Código GUC
Classificação	x	Obrigatória	Optativa
Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)			Código(s)
Ementa			
<p>Histórico das Unidades de Conservação no Brasil e no mundo. Criação e caracterização de Unidades de Conservação; Potencialidades das UCs; Zoneamento ambiental aplicado às UCs; Aplicação da Lei 9.985/2000 no planejamento de Unidades de Conservação da Natureza; Orientação para elaboração de Plano de Manejo; Administração das UCs — Estudo de Casos.</p>			
Referências básicas			
<p>BITTENCOURT, R. F. Unidade de Conservação no Brasil. São Paulo: Editora RIMA. 2012. SETTE, M. T. D. Manual de Direito Ambiental. Paraná: Editora Juruá. 3.ed. 2014. SOUZA, M. F. R. Política Pública Para Unidades de Conservação No Brasil. Minas Gerais: Lumen Juris, 2014.</p>			
Referências complementares			
<p>ANTUNES, P. B. Direito ambiental. 12.ed rev. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. BENSUSAN, N. Conservação da biodiversidade: em áreas protegidas. Rio de Janeiro: FGV, 2006. MAY, P. H. (org.) Economia do meio ambiente: teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus, 2010. MILLER JR., G. T. Ciência Ambiental. São Paulo: Cengage Learning, 2012. MORSELLO, C. Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.</p>			

Optativas 4.º período

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL				
Disciplina	Gestão de Pessoas			Código	GEP
Classificação		Obrigatória	x	Optativa	
Carga horária semestral	60		Carga horária semanal	3	
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)				Código(s)	
Ementa					
Gestão de pessoas nas organizações. Suprimento; Integração entre ações operacionais e estratégicas; Desenvolvimento de pessoas e competências; Avaliação de desempenho; Administração de conflitos; Auditoria e Controle em Recursos Humanos.					
Referências básicas					
CHIAVENATO, I. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações . 4.ed. São Paulo: Manole, 2014.					
COSTA, E. S. Gestão de pessoas . Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2010.					
GONÇALVES, C. P. Métodos e técnicas administrativas . 1.ed. Curitiba : Livro Técnico, 2011.					
Referências complementares					
BITENCOURT, C. Gestão Contemporânea de Pessoas: Novas Práticas, Conceitos Tradicionais . Porto Alegre: Bookman, 2003.					
BRITTO, F; WEVER, L. Empreendedores brasileiros: vivendo e aprendendo com grandes nomes . 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.					
CHIAVENATO, I. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor . 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.					
MAXIMIANO, A. C. A. Administração para empreendedores: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios . São Paulo: Pearson, 2007.					
MILKOVICH, G. T.; BOUDREAU, J. W. Administração de Recursos Humanos . São Paulo: Atlas. 2000.					

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL				
Disciplina	Integração Lavoura Pecuária Floresta			Código	ILPF
Classificação		Obrigatória	x	Optativa	
Carga horária semestral	60		Carga horária semanal	3	
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)				Código(s)	
Ementa					
Introdução e conceitos. Integração lavoura-pecuária (agropastoril). Integração lavoura-floresta (sistema agroflorestal — SAF). Integração pecuária-floresta (silvipastoril). Integração lavoura-pecuária-floresta (agrossilvopastoril). Sistema Barreirão. Sistema Santa-Fé. Aspectos envolvendo as integrações como clima; ciclagem de nutrientes, análise dos processos ecofisiológicos, interações entre as espécies, escolha de espécies, escolha de arranjos espaciais e temporais, avaliação técnica e econômica e considerações sociais e culturais. Espécies amazônicas recomendadas para os sistemas. Manejo integrado de pragas, doenças e plantas daninhas nas integrações. Implantação dos sistemas (agropastoril, SAF, silvipastoril e agrossilvipastoril). Tratos culturais nos sistemas. Impactos ambientais gerados pelas interações. A integração lavoura-pecuária-floresta na sustentabilidade do agronegócio. Relação das interações com o desenvolvimento rural sustentável.					
Referências básicas					
CORDEIRO, L. A. M, VILELA, L, KLUTHCOUSKI, J, MARCHÃO, R. L. Coleção 500 perguntas 500 respostas: Integração lavoura-pecuária-floresta . Embrapa Cerrados, 1.ed. Brasília, DF. 2015.					
FARIA, C. M. A, FERREIRA, L. R. Sistema de Integração: Milho, Capim-Braquiária e Eucalipto . Editora UFV, 1.ed. Viçosa, MG, 2015.					
BEHLING, M.; WRUCK, F. J.; ANTONIO, D. B. A.; MENEGUCI, J. L. P. Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) . EMBRAPA Agrossilvipastoril, Sinop, MT. 1.ed. 2013.					
Referências complementares					
BERTI, A. Manual de elaboração & análise de projeto econômico . Curitiba, PR: Juruá, 2013.					
EMBRAPA. Coleta e manejo de sementes florestais da Amazônia . Brasília, DF: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2011.					

GAMA-RODRIGUES, A. C. **Sistemas agroflorestais**: bases científicas para o desenvolvimento sustentável. Campos dos Goytacazes, RJ: UENF, 2006.

MARTINS, S. V. (ed.) **Ecologia de florestas tropicais do Brasil**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2012.

MAY, P. H (org). **Economia do meio ambiente**: teoria e prática. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

Optativas 5.º período

PLANO DE DISCIPLINA				
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL			
Disciplina	Libras	Código	LIB	
Classificação	Obrigatória	x	Optativa	
Carga horária semestral	60	Carga horária semanal	3	
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)				Código(s)
Ementa				
Deficiência Auditiva. Conceitos Básicos no estudo da Língua de Sinais para a comunicação no cotidiano com o Surdo. Recepção e emissão da Língua de Sinais. Dicionário básico de LIBRAS. Alfabeto manual. Datilografia. Gramática de LIBRAS.				
Referências básicas				
BARROS, M. E. ELiS - Sistema Brasileiro de Escrita das Línguas de Sinais . Porto Alegre: Penso, 2015.				
BRASIL. Dicionário Enciclopédia Ilustrada Trilingue : Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Vol. I e II. Brasília: MEC, 2001.				
CASTRO, A.R. de; CARVALHO, I.S.de. Comunicação por língua brasileira de sinais .3.ed. Brasília: SENAC, 2009.				
Referências complementares				
BOTELHO, P. A surdez : um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre, RS: Mediação, 2015.				
LODI, A. C. B.; DORZIAT, A.; FERNANDES, E. Letramento, bilinguismo e educação de surdos . Porto Alegre, RS: Mediação, 2015.				
LUCESI, M.R.C. Educação de pessoas surdas : experiências vividas, histórias narradas. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2003.				
QUADROS, R. M. Educação de surdos : a aquisição da linguagem. Porto Alegre, RS: Artmed, 1997				
SKLIAR, C.(org.) Atualidade da educação bilíngue para surdos : interfaces entre pedagogia e linguística. Porto Alegre, RS: Mediação, 2015.				

PLANO DE DISCIPLINA				
Curso	TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL			
Disciplina	Saúde e Segurança do Trabalho	Código	SST	
Classificação	Obrigatória	x	Optativa	
Carga horária semestral	60	Carga horária semanal	3	
Disciplinas (s) pré-requisitos (s)				Código(s)
Ementa				
Noções básicas de saúde e segurança no trabalho; Perigo, condição perigosa e risco; Riscos ambientais e medidas de controle; Insalubridade e Periculosidade; Objetivo e campo de aplicação dos Programas de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA); SESMT; CIPA; PCMSO; Estrutura e desenvolvimento do PPRA; Equipamentos de Proteção Individual; Mapa de riscos.				
Referências básicas				
EQUIPE ATLAS. Segurança e Medicina do Trabalho . 70.ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2012.				
BARBOSA, A. A. R. Segurança do Trabalho . Curitiba: Livro técnico, 2011.				
SALIBA, T. M; PAGANO, S. C. R. Legislação de segurança, acidente do trabalho e saúde do trabalhador . 11.ed. São Paulo: LTr, 2015.				
Referências complementares				
BARBOSA FILHO, A. N. Segurança do Trabalho e Gestão Ambiental . 3 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2010.				
CAMPOS, A. CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes : uma nova abordagem. 19.ed. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2012.				

CARDELLA, B. **Segurança no trabalho e prevenção de acidentes**: uma abordagem holística. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CORINGA, J. E. S. **Biossegurança**. Curitiba, PR: Editora do Livro Técnico, 2010.

COSTA, H. J. **Manual de Acidente do Trabalho**. 5.ed. Curitiba: Juruá, 2011. 416p.

ANEXOS

ANEXO 1. MATRIZ CURRICULAR DO CST EM GESTÃO AMBIENTAL CONSIDERANDO A CARGA HORÁRIA REFERENTE À MODALIDADE SEMIPRESENCIAL PARA CADA DISCIPLINA DO CURSO

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL IFRO — CÂMPUS COLORADO DO OESTE — RESOLUÇÃO Nº13/CEPEX/IFRO/2016					
Período	Disciplinas	Código	CH TOTAL (Horas-aula)	CH TOTAL (Horas-relógio)	CH SEMIPRESENCIAL (Horas-relógio)
1º PERÍODO	Química Geral e Inorgânica	QGI	80	66,7	13,3
	Informática	INF	40	33,3	6,6
	Ecologia e Biodiversidade	ECO	60	50	10
	Metodologia do Trabalho Científico	MTC	40	33,3	6,6
	Leitura e Produção de Textos	LPT	40	33,3	6,6
	Introdução à Gestão Ambiental	IGA	40	33,3	6,6
	Ética profissional e Cidadania	EPC	40	33,3	6,6
	Matemática Básica	MAB	60	50	10
	SUBTOTAL			400	333
2º PERÍODO	Saúde Pública e Saneamento	SPS	40	33,3	6,6
	Estatística Básica	ESB	60	50	10
	Recursos Energéticos e Ambiente	REA	60	50	10
	Química Orgânica e Ambiental	QOA	80	66,7	13,3
	Climatologia Básica	CBA	40	33,3	6,6
	Legislação Ambiental	LAM	60	50	10
	Solos e Meio Ambiente	SMA	60	50	10
	SUBTOTAL			400	333
3º PERÍODO	Cartografia Ambiental	CAR	60	50	10
	Elementos da Administração	EAD	60	50	10
	Emissões Atmosféricas	EAT	40	33,3	6,6
	Química Analítica Aplicada	QAA	60	50	10
	Gestão de Recursos Hídricos	GRH	60	50	10
	Microbiologia Ambiental	MAM	60	50	10
	Recuperação de Áreas Degradadas	RAD	60	50	10
	SUBTOTAL			400	333
4º PERÍODO	Sistemas de Gestão Integrada	SGI	60	50	10
	Educação Socioambiental	EDS	60	50	10

	Tratamento de Água	TAG	40	33,3	6,6
	Geoprocessamento Ambiental	GEA	80	66,7	13,3
	Gestão de Resíduos Sólidos	GRS	60	50	10
	Técnicas de Elaboração de Projetos	TEP	40	33,3	6,6
	Optativa I		60	50	10
	SUBTOTAL		400	333	66,6
5º PERÍODO	Planejamento do Espaço Urbano	PEU	60	50	10
	Licenciamento e Avaliação de Impactos Ambientais	LAI	80	66,7	13,3
	Tratamento de Efluentes	TEF	60	50	10
	Empreendedorismo	EMP	60	50	10
	Auditoria Ambiental	AAM	40	33,3	6,6
	Gestão de Unidades de Conservação	GUC	40	33,3	6,6
	Optativa II		60	50	10
SUBTOTAL		-	400	333	66,6
TOTAL		-	2000	1665	333

ANEXO 2. QUADRO DE DOCENTES DO CST EM GESTÃO AMBIENTAL

Nº	Nome	Maior titulação na Área	CH	RT
1	APARECIDA GASQUEZ DE SOUSA	Mestra em Educação (Formação de Professores) <i>Doutoranda em Educação em Ciências</i>	40	DE
2	CAMILA ISABEL DE MENEZES FRAGA	Mestra em Física Ambiental	40	DE
3	DANY ROBERTA MARQUES CALDEIRA	Mestra em Ciências (Educação Agrícola)	40	DE
4	ELISETE MARTINS SOARES	Mestre em Educação Escolar	40	DE
5	LUCIMAR DE FREITAS NOVAIS	Mestra em Ciências (Educação Agrícola)	40	DE
6	MAGNO BATISTA AMORIM	Mestre em Ciência do Solo	40	DE
7	MARCEL EMÉRIC BIZERRA DE ARAÚJO	Mestre em Geografia	40	DE
8	MÁRCIO ADOLFO DE ALMEIDA	Licenciatura Plena em Física <i>Mestrando em Ensino da Física</i>	40	DE
9	MARCOS AURÉLIO ANEQUINE DE MACEDO	Doutor em Agronomia	40	DE
10	MIRIAM APARECIDA ORLOSKI DE CASTRO PEREIRA	Mestra em Ciências (Educação Agrícola)	40	DE

11	NEIVA MOREIRA	Mestra em Ciências (Educação Agrícola)	40	DE
12	NÉLIO RANIELI FERREIRA DE PAULA	Doutor em Ciência do Alimento	40	DE
13	RAFAEL HENRIQUE PEREIRA DOS REIS	Doutor em Agricultura Tropical	40	DE
14	RAFAEL NORBERTO DE AQUINO	Mestre em Ciências (Educação Agrícola)	40	DE
15	RICARDO TEIXEIRA GREGÓRIO DE ANDRADE	Mestre em Engenharia de Produção <i>Doutorando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente</i>	40	DE
16	ROSANE SALETE SASSET	Mestra em Ciências (Educação Agrícola)	40	DE
17	WILLIAM KENNEDY DO AMARAL SOUZA	Mestre em Educação	40	DE

ANEXO 3. LINKS DE ACESSO AO CURRÍCULO DOS MEMBROS DO CORPO DIRIGENTE

Nº	Nome	Endereço do currículo na plataforma Lattes
1	Larissa Ferraz Bedôr Jardim	http://lattes.cnpq.br/3079271612682262
2	Salete Borino	http://lattes.cnpq.br/6630081499416197

ANEXO 4. LINKS DE ACESSO AO CURRÍCULO DOS DOCENTES

Nº	Nome	Endereço do currículo na plataforma Lattes
1	Aparecida Gasquez De Sousa	http://lattes.cnpq.br/8103025651065514
2	Camila Isabel Menezes Fraga	http://lattes.cnpq.br/8484485678152574
3	Dany Roberta Marques Caldeira	http://lattes.cnpq.br/0944853628601709
4	Elisete Martins Soares	http://lattes.cnpq.br/5281475773285080
5	Lucimar de Freitas Novais	http://lattes.cnpq.br/7294232190808425
6	Magno Batista Amorim	http://lattes.cnpq.br/1421405493636822
7	Marcel EméricBizzerra de Araújo	http://lattes.cnpq.br/7135812811807570
8	Márcio Adolfo de Almeida	http://lattes.cnpq.br/3847752262754491
9	Marcos Aurélio Anequine de Macedo	http://lattes.cnpq.br/9801577032229739
10	Miriam Aparecida Orloski de Castro	http://lattes.cnpq.br/0987906336962169
11	Neiva Moreira	http://lattes.cnpq.br/7917728088546639
12	Nélio Ranieli Ferreira de Paula	
13	Rafael Henrique Pereira dos Reis	http://lattes.cnpq.br/7647964746094058
14	Rafael Norberto de Aquino	http://lattes.cnpq.br/3745450552005911
15	Ricardo Teixeira Gregório de Andrade	http://lattes.cnpq.br/9860248731716808
16	Rosane Salete Sasset	http://lattes.cnpq.br/5778944447849831
17	William Kennedy do Amaral Souza	http://lattes.cnpq.br/0703023274968708

ANEXO 5. LINK DE ACESSO AO CURRÍCULO DA COORDENADORA

Nº	Nome	Endereço do currículo na plataforma Lattes
1	Camila Isabel Menezes Fraga	http://lattes.cnpq.br/8484485678152574